

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

ATA N.º 5/2022

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

No dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel de Oliveira Pinto, e Secretariado pelas senhoras Maria João Barroso Lopes e Vanda Cristina Branco Godinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período antes da ordem do dia

PONTO DOIS: Período de intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Aprovação da ata de 19 de fevereiro de 2022

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Proposta de Regimento da Assembleia Municipal

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Ordenamento do Território – Ponto de Situação

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO UM: Ata da Comissão de Acompanhamento do PDM (Para conhecimento)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO DOIS: Relatório de avaliação dos planos (Para conhecimento)



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Relatório aval PPUOPG02021

Relatório aval Zona Industrial Cruz Cristo

Relatório Avaliação PU Orada

Relatório de Avaliação do Plano de Urbanização de Rio de Moinhos

Relatório Revisão PierUnor2

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO DOIS: Relatório de avaliação dos planos (Para conhecimento)

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Apreciação da Câmara

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO UM: Relatório do Presidente

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO DOIS: Situação Financeira

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO TRÊS: Análise do processo de transferência de competências.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Acordo de Execução de Delegação de Competências do Município de Borba no Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Apreciação e deliberação da Assembleia sobre a inclusão na Ordem de Trabalhos da reapreciação da proposta de revogação do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte de Borba

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Estiveram presentes os membros: Paulo Vicente Ramos Mendanha; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; José Joaquim Figueiredo Banza; Vanda Cristina Branco Godinho; Maria João Barroso Lopes; Duarte Jorge da Luz Ferrão; Paulo Jorge Panasco Aires; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Patrícia Isabel Carola Cabaço; Sara Cristina Alpalhão Anselmo; Nelson Joaquim Gomes Gato ; Luís Carlos Felizardo Pardal; João António Ameixa Morgado; Miguel António Ramos Mendanha; Leonel António Valentim Infante; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João André Pires Lopes; João Pedro Martins Leitão.

Verificou-se a ausência dos membros: Maria Margarida Alexandre Cordeiro, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 1**) e foi substituída pelo membro Duarte Jorge da Luz Ferrão; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 2**) e foi substituído pela membro Patrícia Isabel Carola Cabaço; Joana Lopes Morgado Véstia que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 3**) e foi substituída pelo membro Luís Carlos Felizardo Pardal; Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 4**) e foi substituído pelo membro Hugo Alexandre Godinho Mendanha, Sérgio; Lino Duarte Moreira Amaro, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 5**) e foi substituída pelo membro João António Ameixa Morgado.

PONTO UM: Período antes da ordem do dia

O Presidente da Assembleia Municipal cumprimenta todos os presentes, e tendo em conta a existência de quórum dá início à sessão que voltou após a pandemia a ser realizada no salão nobre do edifício municipal e que de futuro com a promessa do Senhor Presidente da Câmara, quando for aberto o Celeiro da Cultura, haverá instalações para a Assembleia Municipal.

Antes de dar início formal aos nossos trabalhos, queria acrescentar o seguinte:

Temos tido ao longo dos anos do poder local uma intensa participação, cidadãos neste órgão, vão sendo uns substituídos e outros infelizmente pela lei da vida vão-nos deixando fisicamente. Entre a última Assembleia e esta faleceu um dos membros que passou por esta casa, que presidiu a Assembleia Municipal, o mais jovem de todos os presidentes da Assembleia Municipal de Borba, digamos no falecimento e os outros que foram presidentes mais novos, mas eu não posso deixar de evocar esta situação e de pedir a todos vocês se estiverem de acordo, que a evocação a Jerónimo João Pereira Cavaco, possamos fazer em primeiro lugar um minuto de silêncio.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O membro **Paulo Aires** queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente, porque tem andando nas redes sociais a situação dos camiões na zona do Mizangala, pois a população tem-se queixado. O senhor Presidente tinha dito que resolvia esse problema em 6 meses! Gostava que ele dissesse aqui o que se está a fazer no momento?

O membro **João Lopes**, pretende colocar três questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal:

- **Fibra ótica em Rio de Moinhos** - Gostava que o senhor Presidente nos dissesse aqui a todos e a falar para os fregueses, e para aos munícipes da Freguesia de Rio de Moinhos, quando é que as infraestruturas para a instalação desse serviço vão ser feitas em Rio de Moinhos? Pois há um ano que as pessoas estão há espera e que hoje em dia é essencial para o seu trabalho e para os seus. Gostava de saber se ainda dentro de este ano esse assunto ficaria arrumado de vez?

- **Ruído dos camiões em Rio de Moinhos** - Este assunto que já foi levado por um cidadão à Câmara Municipal! Gostaria de saber como é que está essa questão? Se já há alguma ideia como resolver a situação do ruído junto ao campo de futebol, que incomoda os vizinhos do Largo Zeca Afonso.

- **Limpeza e requalificação das ribeiras de Rio de Moinhos e Orada** - também já falei com o senhor Presidente sobre este assunto, mas gostava que aí nos explicasse um pouco melhor aquela questão do projeto para a limpeza e requalificação das ribeiras de Rio de Moinhos e da Orada.

O membro **Paulo Aires** gostaria de acrescentar que fossemos informados na Av. da Estação, andaram a sobrepor postes ao lado de postes por causa da MEO. Se há algum conhecimento disso? Será legal? Não haveria outra maneira de se criar aquelas infraestruturas, postes lado a lado, dois postes.

O membro **Hugo Mendanha** gostaria de saber sobre a Zona Industrial da Orada sobre a iluminação. Foi inaugurada há dois anos e estive a falar com o senhor da padaria e ainda não tem a luz elétrica. Gostaria de saber como é que está o ponto da situação?

O membro **Nelson Gato** quer colocar apenas uma questão que tem a ver com algo que se está a instalar junto ao cruzamento da entrada da Nora. Numa reunião que tivemos aqui da Comissão foi perguntado aos senhores arquitetos, porque umas das coisas que o novo PDM trás é uma pseudoindustrial e tecnológica para aquela zona, como já há terraplanagem não sei se já está mais à frente do PDM, se já estão a instalar lá alguma coisa tecnológica? Já agora se o senhor Presidente souber o que é?

Depois eu tinha uma reflexão quase filosófica sobre mais um ano de mandato que se está a completar, mas vou deixa-la para a próxima Assembleia, porque aí já se completou um ano de mandato e vou deixar essa reflexão filosófica sobre esse assunto.

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

A membro Vanda Godinho intervém dizendo que na sessão de 23 de abril foi falado numa possível reorganização administrativa na área das freguesias, e aproveitou até para referir uma parte da minha intervenção, quando disse que é obvio quem dá não está recetivo a dar, porque vai perder eleitores e por conseguinte verba, mas o que as pessoas têm que entender é que ninguém perde ou seja todos ganhamos com a reorganização, porque as juntas de freguesia, são dos fregueses e está ao alcance de todos perceber o que é coerente, e o que é que faz sentido, o que é justo e sendo público a todos acho eu, que já houve uma reunião entre os presidentes de Junta e a Câmara Municipal. Gostaria aqui que nos informassem os senhores presidentes o que é que cada um de vós pensa a respeito, para podermos ou não partir para algo.

O membro João Lopes responde ao assunto abordado pelo membro Vanda Godinho dizendo que: no programa eleitoral do partido pelo qual foi eleito falamos na reorganização das freguesias. Achamos e também ouvindo as pessoas moradoras nesses sítios em que estão, que era uma mais valia, principalmente e agora falando da freguesia de Rio de Moinhos, que as pessoas que vivem na parte de cima da Nora pertencessem também à freguesia de Rio de Moinhos. Mas para isso tem de haver duas coisas essenciais: primeiro é a certeza absoluta que aqueles cidadãos querem de facto esta alteração territorial e depois como é obvio um entendimento entre as Juntas de Freguesia. Como a senhora secretaria disse e muito bem: “ninguém perde!”, porque as Freguesias são dos fregueses e se a população e os cidadãos querem pertencer à outra Freguesia porque lhe está mais vinculado efetivamente ou politicamente ou socialmente, seja o que for, eu acho que nós devíamos de ouvi-las e tentar que haja um entendimento e que isso seja uma realidade. Depois desse entendimento entre as Juntas, depois desse inquérito à população e saber de facto o que é necessário, então levávamos os assuntos às Assembleias de Freguesia e deliberava-se consoante a opinião de cada membro.

O membro Hugo Mendanha intervém dizendo que tem uma questão para o senhor Presidente de um tema que foi abordado pelo Vereador Pedro Esteves na reunião de Câmara que tem a ver com uma obra que anda a ser realizada por detrás da piscina coberta, que pelo visto será um parque de caravanas. Portanto estamos a falar de uma sobreposição a um plano que existia do parque desportivo e como na reunião de Câmara esse tema não ficou muito bem esclarecido, trago este tema aqui a Assembleia para ser aqui abordado, discutido e esclarecido.

A membro Maria da Luz Vestia (Presidente da Junta de Freguesia de Bartolomeu): concordo com a exposição do Presidente de Junta da Freguesia Rio de Moinhos, estou plenamente de acordo com o que ele disse e tudo o que eu penso também, e não só eu, mas também os fregueses da nossa Freguesia. Devemos entrar em contato diretamente com os nossos fregueses da zona, falar com eles. Sim sentarmos todos, e falarmos, e realmente esta proposta eu penso que é boa para todos.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O Presidente da Câmara Municipal, responde ao membro Paulo Aires dizendo que: em 6 meses mais ou menos o assunto dos camiões seria resolvido, e chegamos à conclusão que não. O que é que fizemos? Reduzimos o espaço para evitar que o ruído fosse menos sentido, e foi resolvida uma parte, mas não é uma situação definitiva. Ainda numa reunião de Câmara, falando com o Vereador Pedro Esteves, chegou-se à conclusão que talvez como temos espaço no parque industrial, poderíamos fazer um parque de estacionamento aí. Não por motivo de custos, mas sim de segurança entendemos que para já que não.

Relativamente a questão colocada do poste na Av. da Estação. Aqui pelo menos há um ano atrás, a empresa da MEO, falou comigo e disse que havia um poste numa propriedade particular, que a pessoa queria o poste fosse de lá retirado e nessa altura falou-se com a MEO, em vez de fazer as passagens aéreas, tentar por baixo, seria muito mais fácil. Depois chegou-se à conclusão que há tantas infraestruturas ao nível chão que é uma grande confusão. Para não impedir que as pessoas ficassem sem serviço, ficou aquela alternativa, pois se me perguntarem se é a melhor é claro que não é, mas pelo menos ninguém ficou sem o serviço.

Respondendo à questão de Rio de Moinhos relativamente à fibra ótica. Anda-se há muito tempo a tratar deste assunto, pois foi feito na Nora e no Barro Branco e está tudo bem. A Destelecom fez um orçamento para Rio de Moinhos, fez um orçamento para a Alcaraviça, para a Orada e para a Aldeia de Sande. Avançamos com essas pequenas que, entretanto, numa conversa que tivemos com a Meo, existem umas zonas brancas que iam ser de imediato tapado, aliás, por iniciativa do governo. A Meo disse-me, há 15 dias que não há hipóteses nenhuma para já de imediato e voltamos ao contato com a Destelecom, que nos disse o seguinte: "devem aguentar um pouco, porque até ao final do ano, nomeadamente nas zonas do interior mais populosa, essas ditas zonas brancas o governo vai abrir o aviso, e avançamos de imediato. Nesse caso vamos esperar até final do ano. Na próxima semana saberei o valor do orçamento e se eles tiverem a certeza que essa zonas brancas do interior e mais populosas são servidas, naturalmente fica resolvido, se não avançamos nós e nessa altura informarei a data de início.

Relativamente aos camiões no Largo Zeca Afonso umas vezes queixam-se mais outras menos. A solução poderá passar por colocar no terreno que era do Pai do ex: Vereador Quintino Cordeiro, é uma questão a ser analisada.

Respondendo ao membro João Lopes relativamente à zona industrial é verdade, foram 2 anos processo para a EDP. De vez enquanto falo com o senhor da Princesa do Alentejo e há 2 ou 3 semanas disse: a resposta da EDP está em apreciação para licenciamento. Já criei alguma pressão sobre a EDP, mas não obtive grandes resultados. Pois arranjamos condições e depois o que é fundamental de eletricidade não há.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Em relação ao assunto do membro Hugo Mendanha, na altura em que se pensou nesse parque de caravanas que se chama ASA, que é participado uma parte pelo Turismo de Portugal. Andamos a ver o local, e consideramos que o mais adequado seria no local onde vai ser feito. Perguntei aos serviços se havia algum plano de parque desportivo e disseram-me que não há plano nenhum, então nesse caso avançamos, portanto, é uma decisão que é nossa.

No assunto referente à ribeira a Eng.^a. Céu Franco teve uma reunião na CIMAC e há um projeto que visa ribeiras, ou seja, limpar, arranjar e organizar. No entanto informei que não havia só a ribeira de S. Tiago, também temos a ribeira de Borba, temos a ribeira da Alcaraviça e todas aquelas ribeiras que forem importantes, têm de ser englobadas nesse processo

O membro Hugo Mendanha diz: “senhor Presidente eu gostava que nos fizesse chegar a esta Assembleia ou à bancada do PS, o parecer dos serviços que referem não haver plano nenhum.”

O Presidente da Câmara Municipal continua a dizer que perguntou se havia plano no espaço onde se vai fazer o parque de caravanismo e sempre o que lhe foi dito que não, no entanto vai pedir por escrito.

O membro Paulo Aires acrescenta que ficou com dúvidas, pois não entendeu muito bem a resposta do senhor Presidente em relação aos camiões, devido ao ter falado em falta de segurança. E porque não mudar os camiões da zona industrial da Cruz de Cristo? Por aí acho que resolvia mais essa situação e as pessoas até agradeciam, pois, as pessoas têm direito ao descanso.

O Presidente da Câmara Municipal acrescenta que: “o que foi falado aqui com o senhor Vereador Pedro Esteves, porque não a zona industrial da Cruz de Cristo? E o que eu disse: é que não esta em causa o gastar dinheiro, proteger tudo, arranjar instalações a nível de casas de banho, etc. O que está em causa é a segurança e o local não é o mais indicado para colocar vários camiões com mercadoria, com combustíveis.

O membro Paulo Aires acrescenta: então assim aqui na bancada do PS não entendemos a falta de segurança que existe para os camiões e vai nascer um parque de caravanas junto a zona industrial de Cruz de Cristo. Então qual é a segurança que também damos para os caravanistas, se dizem que há falta de segurança para os camiões.

O Presidente da Câmara Municipal diz que foi a opção de fazer o parque naquele local, se me disserem é o sítio certo? Na nossa opinião é! Na vossa opinião não é! Portanto são decisões que são nossas!

Em relação ao parque de camionagem, temos que definir de uma forma uma vez por todos. Vamos ver, independentemente da questão da segurança ou não. Por exemplo Vila Viçosa tem um parque ao pé dos bombeiros, que é pago. Aqui em Borba pretendemos que as pessoas que trabalhem no longo curso tenham um local próximos das suas casas que de um momento parta o outro possam pegar no camião.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O Vereador Joaquim Espanhol refere que em relação ao parque de camiões já foi aqui discutido várias vezes em reunião de Câmara e umas das soluções seria ir para a zona industrial. Mas o parque de camiões ir para a zona industrial, não podem ir sem se criar condições para o efeito, temos de ter uma rede, temos de ter segurança, casa de banho, portanto é uma infraestrutura que leva algum tempo a realizar, e é dispendiosa. Mas como disse o senhor, havia algumas queixas e nós também vamos falando com a população, e fizemos uma redução do espaço e o "feedback" que temos tido é que tem melhorado, ou seja havia muitas pessoas que deixavam ali camiões que não eram pessoas do concelho de Borba. A redução do espaço não resolve, mas atenua o problema.

O Presidente da Assembleia Municipal Estamos aqui para dar cumprimento às decisões dos órgãos? E sobre o parque de viaturas pesadas não é como disse o senhor Vereador nem como disse o senhor Presidente, pois a verdade é que o plano de pormenor na zona de Cristo prevê o parque de estacionamento de viatura pesadas, e os eleitos não podem ter o comportamento como o do senhor presidente da Câmara ao dizer que achamos que é assim, ou que é assado e que estamos borrifando para os instrumentos de planeamento. Podemos vir a concluir que a opção tomada há 10 anos, 20 anos e 30 anos, de localizar o parque de estacionamento na zona de cristo é uma má opção. É por isso que há alteração aos instrumentos. Agora nenhum de nós pode de qualquer maneira mudar as coisas, mudar aquilo a que está vinculado.

O membro Nelson Gato. Queria manifestar mais um desagrado. Foi novamente adjudicado à empresa Tempos Brilhantes as AEC's, e apesar de haver em conselho geral da escola um projeto apresentado por uma Associação de Pais, que foi aprovado, mais uma vez voltamos ao que era antigamente e voltamos ao funcionamento daquilo que aquela empresa quer proporcionar às nossas crianças do nosso concelho e de outros concelhos porque eles não estão só aqui. É pena porque o projeto que foi feito utilizava não só outras áreas diferentes, mas também permitia que fossem utilizados "horários" não completos da escola com professores a poder lecionar em vez de pessoas que possivelmente não têm formação pedagógica para trabalhar com crianças. Sinceramente nem sei quem são as pessoas que são escolhidas, também neste momento não é importante, mas aquilo que se ouviu ai fora e se tiver algum fundamento de verdade são pessoas que com todas as qualidades e defeitos que possam ter, não têm formação pedagógica e logo não têm, não estão vocacionadas para estas áreas. Na minha qualidade de membro do Conselho Municipal da Educação, já tinha chamado a atenção para estas situações, na qualidade de membro das associações de pais já tinha chamado a atenção para esta situação, mas continuamos no mesmo caminho. Continuamos nas mesmas atividades, com a mesma empresa, com a mesma iniciativa ou falta dela. Gostávamos que isto fosse alterado de uma vez por todas, gostávamos de ver coisas novas, de dinamizar as crianças com atividades de teatro, poesia, com várias atividades e andamos sempre na mesma. Vamos para a flauta, para a educação física que, no entanto, também faz falta, mas não passamos disto.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e informou o seguinte:

- "(...), no que respeita à aquela empresa ao pé da Nora, não está licenciada (...).

- **AEC`S** – Tenho uma opinião muito própria em relação às AEC`S. As AEC`S deveriam ser da escola, e era a escola a responsável por as fazer (...), aproveitando os horários dos professores que têm meio tempo no horário e não são daqui (...).

O que me faz confusão, é que para haver AEC`S tem que haver uma empresa entre a Câmara/Escola e os funcionários. Se a escola assumisse essa questão, evitava-se esse tipo de situações.

A Vereadora Sofia Dias usou da palavra, desejou bom dia a todos os presentes e respondeu ao membro Nelson Gato.

"Em relação às AEC`S, penso que já foi falado anteriormente, mas eu queria dizer que não é só desporto e flauta, é muito mais que isso (...), e também me estranha como é que, a uma semana de aulas diz que está tudo na mesma e que nada mudou! Uma semana, não é suficiente para avaliar, nem os mentores ainda tiveram condições para começar, efetivamente, as atividades, porque estão a conhecer as turmas e a conhecer os alunos. Portanto, não me diga ao final de uma semana, que já esperava outros resultados, porque nem eu os espero! Primeiro, temos de conhecer as crianças e os alunos!

Não é só desporto, nem é só flauta! Há desporto, há música, teatro, pintura, por isso está lá uma mentora dessas áreas. Há cidadania e empreendedorismo e também há reciclagem, e tudo o que tenha que ver com o meio ambiente e com as alterações climáticas, também são temas que vão ser abordados. Não foram temas abordados no ano letivo anterior, ouve de facto alguns problemas e refletimos sobre isso no Conselho Municipal de Educação. A mim, também me chegaram através de pais, algumas ideias, de apontamentos que não estavam a funcionar como desejado, e foi isso que tentámos mudar. Esperamos que mude, que efetivamente surta, mas não é com uma semana de trabalho que aqueles mentores vão conseguir mostrar o seu trabalho e as suas alterações.

Posso ainda dizer, e porque a escola infelizmente, tem muita falta de material, especialmente na área da música, por isso é que são as flautas. Os meninos tocam flauta, principalmente, porque são aqueles instrumentos mais baratos, que os pais podem comprar para eles puderem levar para a escola. Neste momento já foram solicitadas uma serie de listagens, aos mentores de música, para que eles nos possam entregar e nós possamos comprar, caixas ofre, instrumentos de (lâminas...), o que quer que seja, que possa diversificar aquelas aulas. Entendemos, que não deve ser só flauta, porque há muitos meninos que não gostam e queriam tocar outras coisas. A mesma coisa em relação ao desporto, ao teatro e à pintura, tudo aquilo que houver de materiais que não estejam na escola, o município está disponível para comprar e vai mesmo adquirir, faz parte do protocolo, para que aqueles mentores não fiquem limitados ao material que existe, é uma certeza também esta!



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

A membro Vanda Godinho interveio e disse "(...), o tema é o mesmo (...), para mim tudo o que ali se passar, por agora é novidade, porque o Tomás só agora é que foi para a escola pública. Enquanto encarregada de educação e neste momento representante de pais, também, eu estranhei a forma como tudo ali se passou. Em relação ao ter parceria ou não, isso é uma opção da Câmara, porque em muitos sítios é a Câmara que contrata diretamente (...). Portanto, se concordam que não deva haver intermediários ou mediadores por o meio, porque não, a Câmara contratar diretamente?

Depois estranhei realmente, quando soube, até porque tal como a Vereadora Sofia, já referiu na reunião de Câmara, saber qual o problema que originou tanta conversa? O que estranhei foi como o Nelson Gato como referiu a formação pedagógica que poderão ter.

Estranhei os funcionários do município, naturalmente devem ter pedido redução de horário, até para apoio a filhos menores de doze anos, e depois vão dar AEC`S. Aquilo para o que eu sensibilizava aqui também, era já agora durante o verão, que esses funcionários ou esses técnicos, criassem atividades com as crianças, por exemplo.

Para mim tudo é novidade, e ainda bem que isso acontece, não sei se realmente até têm redução de horário e para que talvez o processo não se tornasse tão duvidoso e não existissem tantas conversas paralelas, em minha opinião existindo ou não candidatos, as ofertas de trabalho deveriam obedecer à abertura de procedimento, ser previamente publicitadas, com os respetivos critérios de seleção e se calhar, evitava-se o que aconteceu este ano.

O membro Nelson Gato usou da palavra e respondeu à senhora Vereadora Sofia Dias.

"A senhora Vereadora chegou cá há um ano, mas nós já cá estamos há muito tempo, e já acompanhamos a Tempos Brilhantes há bastante tempo e sabemos, que aquilo que recebem da Câmara e aquilo que pagam às pessoas que prestam serviço às crianças, é uma pequenina parte. Esse intervalo de dinheiro que se perde, a Câmara podia aproveitar de uma outra forma.

Sabendo, que em anos anteriores, não eram apresentados elementos pedagógicos, projetos pedagógicos. Os monitores, não sabiam o que estava aprovado em termos de conselho geral, e aquilo que tinham de dar, porque, a única relação que tinham com empresa é assinar o contrato e a empresa mandar-lhe o dinheiro.

Uma das injustiças deste funcionamento, é vir alguém de Coimbra, achar que vem ensinar alguma coisa aos alentejanos.

Em relação às pessoas, senhora Vereadora, só dizer-lhe, que eu frisei que não sei quem são as pessoas, sei que foram objeto de um rigoroso sistema de seleção, aquilo que eu ouvi na reunião de câmara, foi que os primeiros a chegar, foram os primeiros que se "aviaram".

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O membro **Hugo Mendanha** usou da palavra e disse. Ninguém aqui está contra o enriquecimento de mais AEC`S, mas faço um apelo à Câmara, tornem as coisas mais claras, façam divulgação, definam critérios de seleção, o que evita estarmos a bater nestes pontos, que futuramente, tenham isso em atenção.

O membro **Nelson Gato** acrescentou "(...), o membro Hugo Mendanha, quando foi Vereador nesta Câmara, também fez contratos com a empresa Tempos Brilhantes, certo?

O membro **Hugo Mendanha** respondeu "(...), era responsabilidade do outro Vereador, esse assunto.

O membro **João Morgado** usou da palavra e disse "(...), a nível das AEC`S houve aqui uma situação que eu não percebi bem (...), a ver se o meu raciocínio está correto. Eu percebo que a responsabilidade de contratação é da Câmara, certo? Porque é que percebi do senhor Presidente, gostaria que fosse da escola? Acho que não percebi bem esta situação.

Uma outra pergunta, ouvindo os Presidentes de Junta sobre o alargamento do território para os seus fregueses, gostava de perceber qual é a opinião do membro Leonel, Presidente da Junta de Freguesia da Matriz.

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra e respondeu "(...), o meu entendimento, relativamente às AEC`S é muito simples, se a escola assumir diretamente as AEC`S, a adjudicação será feita diretamente com a DGEST, não haverá empresas pelo meio. Por um lado, seria um processo mais rápido e permitiria que muitos professores que têm uma carga horária, numa determinada área, só de meio tempo, o outro meio tempo fosse completado com estas atividades.

Já falei com a empresa Tempos Brilhantes, relativamente à diferença do valor pago por nós, a eles, e o valor que era pago aos mentores.

O membro **João Morgado** insistiu "(...), senhor Presidente, é necessário haver essas empresas intermediárias?"

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...), eu também não percebo! Mas é assim, como já expliquei e segundo a informação que me foi dada.

O que eu digo com o devido respeito, é que enquanto nós aqui estivermos aqui, e houver gente em Borba competente para dar essas atividades, terão preferência na escola".

O **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra e informou "(...), mandei distribuir por todos os membros presentes e executivo, cópia da intervenção que fiz, no passado sábado em Viseu, no Encontro Nacional dos Autarcas, para o Poder Local Democrático. Onde foram discutidos dois grandes problemas, o problema do financiamento e o problema da descentralização de competências.

Seguidamente, transcreve-se o documento e arquiva-se em pasta anexa, como o **documento nº. 6**



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

“Transferência de Encargos

Boa tarde

Permitam-me que através da Presidente da ANMP saúde todos os autarcas presentes.

Enquanto Presidente do Conselho Fiscal da ANMP, em a abril passado, propus, sem qualquer problema a aprovação do relatório e contas de 2021. A proposta teve por base a exaustiva exposição que o Secretário Gral apresentou ao Conselho, onde espelhava com exatidão o trabalho desenvolvido pela Associação, evidenciando o trabalho levado a cabo pelos serviços da Associação que muito facilitam as decisões dos órgãos. Hoje, neste Encontro, que sendo realizado extemporaneamente, porque realizado após o acordo estabelecido entre o Conselho Diretivo e o Governo, espero que a Sr^a Presidente e os demais órgão da Associação tenham em consideração o caráter crítico das intervenções de hoje e possam corrigir muitos dos elementos do acordo, de forma a que ao apresentarem o plano para 2023 este contemple as reivindicações do município, facilitando assim, o papel do Conselho Fiscal quanto ao parecer sobre a atividade futura da ANMP.

A concretização do processo de transferências confirma que estamos verdadeiramente perante um quadro de transferência de encargos, que se manifesta por défices relevantes.

Dois pequenos exemplos. O município de Borba, onde presidido à AM, teve, por iniciativa da Câmara, pressa em assumir todas as novas competências. E, passados apenas 5 meses apresenta o primeiro relatório, onde revela que na educação, em agosto, já havia avançado com o duodécimo de outubro para que o agrupamento de escolas fosse capaz de pagar os encargos. E na área social, em apenas 3 meses, esgotou a verba recebida para apoios social. Palavras para quê?

O nosso último Congresso, realizado no final de 2021 em Aveiro, foram reconhecidas muitas insuficiências, com particular relevância em matéria de pessoal, que se manifesta, desde já, na abertura do ano letivo em muitas escolas.

A insuficiência de verbas é agravada neste ano de 2022 com a situação financeira de desequilíbrio corrente, de tal forma evidente que o próprio Orçamento de Estado veio, através do artigo 103, suspender a obrigação de cumprimento do equilíbrio corrente. E, pelo que estamos a ver com a pensões para os reformados não é de excluir que em 2023, e, principalmente, em 2024, não venhamos a assistir a novo incumprimento da lei de finanças locais, já que a progressão de impostos que relevam para o PIE, cresceram 6% em 2021 e deverão crescer cerca de 25% em 2022.

O modelo de controlo proposto na área da saúde que exigem justificação para a “boa despesa” vai muito para além do que seria admissível num processo de desconcentração e constitui um fator inaceitável num quadro



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

a que se pretende dar o nome de descentralização. De tal forma é absurdo o quadro de controlo que várias autarquias se recusam a assinar o contrato de transferência na área da saúde.

Autarquias há que em matéria de educação receberam 8 centenas de trabalhadores, número que apesar de elevado é insuficiente para responder à nova competência. Isto sem contar que a dimensão da operação exige alterações significativas na estrutura orgânica, nos regulamentos municipais, nos serviços de organização, fiscalização e controlo, que, como acréscimo indireto de gastos não se encontram contemplados no processo de transferência.

Num quadro do novo sistema de contabilidade, ainda em transição, torna-se obrigatório um aprofundamento da contabilidade de gestão para melhorar o apuramento do impacto da nova realidade. Modelo que temos de reconhecer está longe de poder responder com profundidade e plena verdade ao quadro de apuramento de custos.

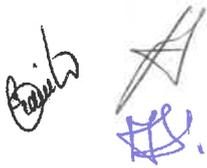
O que está colocado traduz, em larga medida, uma reconfiguração do poder local com prejuízo para a sua autonomia, alargando as funções de meros executantes para os eleitos e gestores de condomínios como aqui foi caracterizado, criando em simultâneo uma potencial situação de desigualdade territorial, o que coloca em crise a universalidade no acesso a serviços públicos essenciais na área social, da educação e da saúde.

O atual quadro económico de subida da taxa de juros e de inflação, com particular incidência na energia, nos combustíveis e na manutenção tenderão a agravar o défice, E, não será seguramente na redução do consumo de energia em muitas escolas que se atingirá o equilíbrio, pois do seu histórico consta, em larga medida, o não funcionamento dos sistemas de ar condicionados, na medida em que não existiam dotações suficientes para a sua despesa.

É perante este quadro de desequilíbrio e dos alertas trazidos ao nosso último Congresso que temos de considerar imponderado e extemporâneo a acordo que a ANMP estabeleceu com o Governo, não aguardando por um alargado processo de auscultação, de análise e de reivindicação nos ajustamentos do processo, no qual este Encontro deveria ser o ponto de partida e não o simples reunir os eleitos do Poder Local num quadro de consumação do referido acordo. De modo crítico e responsável temos de assumir que a posição tomada pelos órgãos dirigentes da ANMP foi objeto de reservas por arte de vários municípios, levando mesmo a uma crise da histórica universalidade da Associação hoje ameaçada com a saída de municípios. Importa, pois retomarmos a defesa intransigente do Poder Local num quadro da sua autonomia e unidade.

Jorge Pinto “

Lamento que a Câmara Municipal de Borba, mais uma vez, não tenha estado presente, no encontro, porque a discussão destas matérias é verdadeiramente importante para as autarquias.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O membro Leonel Infante (presidente junta freguesia Matriz), usou da palavra e respondeu à questão das freguesias.

"(...) Em relação à reunião que houve com a Comissão de Estudos sobre a Reorganização de Freguesias, fomos convocados todos os presidentes de Junta e presidentes de Assembleia de Freguesia. Estivemos cá 5 presentes, entre Presidentes da Assembleia e Presidentes de Junta, esteve também a Jurista da Câmara e senhora Vereadora.

Os pontos da referida Comissão era a apresentação e enquadramento da legislação que saiu agora, na qual tanto eu, como os meus colegas que estiveram presentes, depois de analisarmos, vimos que não se enquadrava em nenhum dos casos que aqui foi apresentado na presente lei. Foram esclarecidas algumas dúvidas e falamos também sobre outros assuntos.

Uma Comissão de Estudos deve ser uma coisa prolongada, não é um assunto para ser resolvido na hora. Talvez, houvesse pessoas que vieram com expectativa altas, e queriam respostas na hora, e a minha resposta foi, atualmente, é não! Não falei com ninguém da freguesia, não posso referir nenhuma resposta, antes de falar com a Assembleia de Freguesia, com os elementos do executivo da Junta da Matriz. Aliás, ontem, já tivemos assembleia da Junta de Freguesia, na qual criamos um grupo de trabalho para falar sobre este assunto. Se houver viabilidade, para passarmos algum terreno para outras freguesias estaremos abertos (...), mas sempre ouvindo a população e vendo as condições.

O membro Paulo Aires usou da palavra e pediu um esclarecimento ao senhor Presidente. "(...), relativamente à iluminação das Festas de Agosto, mantêm-se os postes ao alto, ligados às árvores, aos prédios, essa situação é para manter-se até ao Natal?" O contrato não contemplava a desmontagem? Se, sim, qual foi a contrapartida, para a situação se arrastar até aos dias de hoje?"

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), quando há decisões na Câmara, seja quem for a tomá-las, quem assume a responsabilidade é o presidente da Câmara. A decisão está tomada, esses aparelhos ficarão até ao Natal."

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu "(...), relativamente à intervenção que o membro Leonel Infante, fez, a lei especifica que está neste momento sobre a reorganização das freguesias, incide sobre a desagregação das freguesias que foram juntas. Mas, nada impede na lei, que em qualquer momento os órgãos municipais se pronunciem no sentido da reorganização do seu território administrativo. Isto é, é uma matéria que faz por lei a partir de uma iniciativa, por parte da Câmara Municipal, por parte da Assembleia Municipal e com audição às Freguesias (...)"



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

PONTO DOIS: Período de intervenção do público

O senhor Ângelo de Sá desejou bom dia a todos os presentes e começou por dizer o seguinte:

Foram faladas aqui coisas que é preciso haver algum esclarecimento.

Quando falamos no Plano Geral do Parque Desportivo, é muito estranho que os serviços digam ao senhor Presidente, que não há, quando são os mesmos serviços que enviaram ao senhor Vereador Pedro Esteves o Plano. Sinceramente, não entendo!

Este Plano de intervenção é um Plano que foi feito há alguns anos. Nessa altura, o Plano previa na parte que está pavimentada em frente à piscina, um parque de desportos radicais, previa um campo de futebol ervado, previa um tanque para as piscinas descobertas e um parque com arvores. Se o senhor Presidente não sabe, pergunte aos serviços. As próprias máquinas que neste momento filtram a água da Piscina Coberta, estão dimensionadas para filtrar também a água das Piscinas Descobertas.

Relativamente, ao Parque de Caravanismo, os eleitos que cá estão tomam as opções que acham que são as melhores, mas se fizessem ligeiramente ao lado, não interferia em nenhum dos outros equipamentos.

Senhor Presidente, aconselho que peça ao senhor Vereador Pedro Esteves que lhe forneça o Plano, que ele, possui.

Além disso, quero dizer o seguinte;

A propósito do Parque de Caravanismo, o senhor Presidente, recorda-se que entre 2013 e 2017, havia 2 Planos que estavam praticamente concluídos, e que ao longo destes anos têm penalizado potenciais investidores deste concelho. Era o Plano de Pormenor de Santa Barbara e o Plano de Pormenor da Área da Ecopista, que começava na estatua do Trabalhador do Mármore, passava pela linha férrea e terminava na estação, com todas a revitalização daquele espaço, onde estava previsto um Parque de Caravanismo e uma Estação de Lavagem de Automóveis e de Mudanças de Óleo, espaço da estação, que está alugado à Câmara.

Estranhei muito, que entre 2013 e 2017, esses ditos Planos constassem sempre do Plano de Atividades e que a partir de 2017, tivessem desaparecido.

A questão das AEC`S, o que eu tenho a dizer em relação a isso,, é que por vezes existe um certo comodismo, dos próprios serviços, porque existem coisas que dão mais trabalho que outras. É mais fácil irmos a uma empresa inscrita no sistema do Ministério da Educação, consultar essa empresa e tratar dos ajustes diretos, do que contratar outras associações que poderiam fazer exatamente o mesmo e melhor, porque conhecem o concelho.

Foi entre 2012/2013, que houve uma imposição que fosse contratada uma empresa para as AEC`S (...)."



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra e agradeceu ao senhor Ângelo e Sá a sua intervenção e disse "(...), Sou daquelas pessoas que sabe que é pequeno e que sendo pequeno consegue ser grande, ouvi com atenção o que foi dito, mas existe uma coisa que eu vos digo. De uma forma muito tranquila, os serviços desta Câmara, as informações que me dão a mim, eu confio claramente nelas! Volto a dizer, a responsabilidade é minha seja qual for a opção tomada".

O **Vereador Pedro Esteves** usou da palavra e disse "(...), relativamente à questão da nova Área de Caravanismo, levantada pelo senhor Ângelo de Sá, que está no público, informo, que pretendi contactar o senhor Ângelo de Sá, porque como foi Presidente desta Câmara, ele sabia que existia, qualquer coisa, relativamente às definições do que se ia fazer naquela área. Fui informado por ele, que havia, e na reunião de Câmara pedi essa documentação, e foi-me fornecida a planta do Complexo Desportivo de Borba, e existe a Planta do Complexo Desportivo de Borba, e existe a implantação, agora, da Área de Caravanismo, lá em cima, e é verdade que se sobrepõem ao dito campo ervado.

A minha questão, é se há plano ou não? E foi-me dito em reunião de Câmara, tal qual como aqui foi dito, que não existia Plano! Pode não existir Plano, mas existe uma Planta, podemos estar a falar da mesma coisa, sim ou não?

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Aprovação da ata nº.4 de 18 de junho de 2022

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, de entre os membros que estiveram presentes na sessão de 18 de junho de 2022.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Hugo Alexandre Godinho Mendanha; Duarte Jorge da Luz Ferrão; Patrícia Isabel Carola Cabaço; Luís Carlos Felizardo Pardal; João António Ameixa Morgado.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Proposta de Regimento da Assembleia Municipal

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que havia pequenos pormenores de português, na proposta do Regimento que iriam ser colocados de seguida, e que posteriormente seria colocada à votação a proposta do Regimento.

A **membro Maria João Lopes** usou da palavra e disse “(...), como não tivemos essa reunião de trabalho, pergunto aos membros do MUB e do PS, se podemos ir lendo, as pequenas questões que temos para apresentar e de seguida vamos validando, para posteriormente, passarmos aos serviços com as correções. Concordam com este método de trabalho?”

Após concordância dos membros, passou a ler as pequenas correções pretendidas pelo PSD e fez um ponto prévio sobre alguns artigos do regimento. “(...), quero saudar que é um Regimento de todos e não de um partido em especial e isso é de louvar, mas existem aqui, a redação de três artigos que nós achamos, que as redações ainda são bastantes extensas, não preenchem o princípio que todos nós queríamos, de acessibilidade, para qualquer cidadão que pudesse ler de forma clara, e são eles os artigos 37º.; 38º. está um pouco melhor e o 39º.

Quero, agradecer, a colaboração de todos.!

- No **artigo 11º., no n.º.1** onde **consta** (...), são verificados pelo Presidente cessante e nos casos de substituição pelo Presidente, deve **constar** (...), são verificados pelo Presidente cessante e nos casos de substituição pelo Presidente **substituto**.

- No **artigo 13º., no n.º.2** onde **consta** (...), é enviado ao Presidente e apreciado pela Assembleia Municipal na reunião imediata á sua apresentação, deve **constar** (...), é enviado ao Presidente e apreciado **pelo plenário da Assembleia Municipal** na reunião imediata á sua apresentação.

- No **n.º.3 da alínea b)**, onde **consta** (...), exercício dos direitos de paternidade e maternidade, deve **constar**, exercício dos direitos de **maternidade e paternidade**.

- No **artigo 15º., no n.º. 1** onde **consta** (...), os titulares membros da Assembleia gozam do direito (...), deve **constar** (...), durante o período do mandato, os titulares membros da Assembleia Municipal gozam do direito (...).

- No **n.º. 2**, onde **consta** (...), a pretensão é apresentada por escrito e dirigida (...), deve **constar** (...), a **renúncia deve ser apresentada** por escrito e dirigida (...).

- No **artigo 17º., no n.º. 1**, onde **consta** (...), às situações de perda de mandato aplicam-se as disposições da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto (...), **deve constar** (...), às situações de perda de mandato aplicam-se as disposições da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, **sendo que os membros da Assembleia Municipal incorrem em perda do mandato:**”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O membro **Paulo Mendanha** usou da palavra e disse "(...), no artigo 40º. no nº.1, onde consta (...), do nº. 1 do art.º 29º., deve constar (...), **do nº. 1 do art.º 39º.**

- No **artigo 43º., no nº. 2,** onde **consta (...)** o período de antes da ordem do dia, é destinado ao tratamento de assuntos de interesse autárquico compreendendo: deve **constar (...)** o período de antes da ordem do dia, é destinado ao tratamento de assuntos de interesse autárquico, **que não sejam, objeto de deliberação compreendendo:** “

O **Presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido aprovado por **unanimidade**, o Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, ficou acordado entre todos os membros presentes, que a sessão da Assembleia Municipal de dezembro, será no dia 16 de dezembro às 21 horas.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Ordenamento do Território – Ponto de Situação

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que aquele ponto não tinha, naquela fase, nenhum carácter deliberativo. Mas face à discussão na última sessão da Assembleia, relativo ao pedido revogação de um dos Planos de Pormenor, e na sequência desta situação, a Assembleia Municipal, solicitou, o ponto de situação de avaliação de todos os Planos em vigor.

Durante este período, foram feitas duas reuniões de trabalho, uma sobre o PDM e outra sobre ORE/PERU de Borba. Destas reuniões saíram elementos positivos com sugestão da Comissão aos serviços, que ficaram de vir a propor alterações ao documento apresentado, no sentido de o melhorarmos.

Ao longo dos mandatos, em cumprimento da lei, foram discutidos, planeados, aprovados e publicados vários Instrumentos de Planeamento para o território de Borba.

Foi dito pelos serviços que Borba, tem mais Instrumentos de Planeamento, que outros municípios. Mas, em síntese, ficaram por concretizar. São vários os motivos apontados. E há um que embora não deixando eventualmente de ser verdade, não basta afirmá-lo. Temos de as demonstrar e fundamentar.

Basicamente a linha forte apontada vai no sentido de revogar todos os Instrumentos de Planeamento, por não estarem executados.

No perante verifica-se uma profunda alteração dos Instrumentos de Planeamento. Ao longo de quase 50 anos de planeamento, muito se desenvolveu, aprendeu e muito se errou no planeamento em Portugal. No fundo os Instrumentos de Planeamento, caracterizaram-se por criar zonas urbanizáveis de expansão, que transformaram “linguiças em porcos”. No fundo os Instrumentos de Planeamento ao transformarem um



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

terreno rústico, num terreno urbanizável, concederam direitos aos seus proprietários, que ficaram na posse de mais valias muito significativas sobre o valor dos seus terrenos. Acontece que por força da legislação, até dezembro de 2022, já prorrogado até dezembro de 2023, os Instrumentos de Planeamento, com os PDM's, vão ser obrigatoriamente revistos. E nessa revisão é retirado o conceito de terrenos urbanizáveis, o que obriga a reduzir, as áreas hoje, urbanas. Pela primeira vez vamos estar não na concessão de um direito, mas na retirada de um direito. Isto, pode não causar problemas de maior em Borba, mas está a causar muitos problemas ao longo deste país. Em Borba isto não se sente, porque pelo menos na última década, mais precisamente depois de 2008/2009, Borba entrou em hibernação. Basicamente, o que temos de construção substantiva dos Instrumentos de Planeamento no nosso território, podem se resumir à Zona Industrial da Orada. É esta a síntese que eu faço da evolução dos últimos 15 anos em Borba.

Na reunião do PDM foi feita uma afirmação, pela equipa técnica, que entendi, chamar à atenção da Câmara Municipal. A Câmara Municipal, tomará as suas orientações como entender e a Assembleia Municipal, tomará as suas orientações como entender. Foi dito e está escrito na ata do PDM, que a equipa técnica está a elaborar a Revisão do PDM, é responsável, e não prescinde das soluções técnicas que apresenta, e bem, e das propostas de soluções estratégicas. Quero deixar aqui, bem claro, que pelo menos da minha parte, que as opções estratégicas do território são da competência dos órgãos, não são dos serviços, muito menos de entidades externas.

Quero deixar à consideração da Assembleia a realização, provavelmente em janeiro, de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com a participação da Comissão de Acompanhamento, com a participação dos munícipes interessados e com base nas soluções que são propostas, pudermos vir a ter uma nova geração de planos, que tenham em conta a real qualidade de futuro.

O PDM abrange todo o território do concelho. A proposta de Plano Diretor Municipal, que está a ser elaborado é, na minha opinião, omissa entre dois aspetos fundamentais. O primeiro: deve haver ou não a regulamentação ou a indicação, sobre a ocupação do espaço rústico, nomeadamente da agricultura.

Na verdade, o concelho de Borba, tem sofrido nos últimos anos, uma alteração qualitativa nesse espaço, com duas situações fundamentais:

- A quebra acentuada da exploração da indústria mineira dos mármore;
- Ocupação intensiva, e supere intensiva da agricultura, com recurso intenso à água.

A atual proposta do PDM, não fase em que está, é simplesmente omissa, quanto à avaliação, da problemática da água. Ficamos sem saber se temos muita ou pouca água, se deve haver ou não, zonas de restrição no PDM, ao aparecimento de explorações supere intensivas.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

No recurso à água, sendo omissa nesta matéria, não vemos na atual proposta do PDM, nenhuma preocupação sobre garantir nos próximos 20 anos, sobre o abastecimento público de água (...). São matérias que eu acho que o nosso PDM deve refletir, abordar e integrar.

Mais complexo que isso, estamos hoje perante uma profunda crise energética. Temos soluções alternativas de energia, nomeadamente através do fotovoltaico. A revisão do PDM é omissa quanto às matérias energéticas. Não cabendo à equipa, definir as opções estratégicas, o que coloco à Assembleia, é se devemos ou não fazer um debate prévio da aprovação final dos instrumentos, no sentido de dar indicação de alguns dos elementos estratégicos.

Zona Industrial Cruz de Cristo está tendencialmente cumprida, a mais de 95%. Falta cumprir a parte respeitante ao Parque de viaturas pesada e o seu manto verde.

A Zona Industrial do Alto dos Bacelos, tem 42,6 hectares. Está ocupado apenas em 13%. Existem, dentro desta zona, um conjunto significativo de terrenos, propriedade do Município de Borba, que não têm sido colocados no mercado (...), e tem previsto, entre outras soluções, uma drenagem das águas residuais para a ETAR de Santiago Rio de Moinhos e tem ligação, hoje às principais vias de comunicação. Mas, este executivo não tem uma opção estratégica de captação de projetos ancoras para ele.

O Plano na atual proposta, apresenta nova opção. Na prática abandonar a Zona Industrial do Alto dos Bacelos, e propõe uma Zona Industrial na Zona da Nora com 132 hectares. O que é dito é que essa zona será vocacionada para a ciência, tecnologia, educação, para as ciências de ponta (...), deve ser capaz de competir com Badajoz. Portanto, não compete com Vila Viçosa, Estremoz, nem sequer com Évora, somos suficientemente grandes, para competir em termos estratégicos de desenvolvimento económico com Badajoz.

Fiz contas: 132 hectares com uma construção de pavilhões que ocupem apenas 38% da área, permitiria, construir 500 pavilhões com 1000 m² cada um. Se em cada pavilhão fossem criados 10 postos de trabalho, teríamos 5000 postos de trabalho, isto é, triplicávamos a população ativa de Borba. A pergunta que coloco à Assembleia, é se esta opção estratégica, é uma opção estratégica credível. Não falo em termos financeiros, enquanto fica um parque industrial de 132 hectares, mas posso dizer que 20 a 25 milhões de euros, pode ser um valor insuficiente para esse investimento. Temos de pensar, se em 15 ou 18 anos, que tem o Alto dos Bacelos, foram ocupados 6 hectares, num universo de 48 hectares, teremos "pernas" suficientes para dar passo no sentido desta opção?

Importa termos presente o futuro do território, porque ele vai ser o nosso compromisso para as gerações futuras.

Por fim, referir, que a Assembleia deve pronunciar-se e colocar à Câmara Municipal se esta aceita o que tem vindo a ser objeto de introdução dos atuais textos que aqui estão, afirmando "não tenham problemas, porque isso já está contemplado, na segunda revisão do Plano". Mas enquanto a segunda revisão do Plano, não for



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

presente aos órgãos, e não for aprovada pelos órgãos que têm competência para o aprovar, que é a Assembleia Municipal, julgo que é no mínimo prematuro, para não qualificar de outra matéria, a Câmara Municipal dar por adquirido, que as alterações tendentes que está a produzir, estão validadas pelas futuras alterações que vão estar no PDM, sem que o PDM seja conhecido e aprovado pela Assembleia.

Gostava de ouvir da vossa parte, se existe acordo, de fazermos um debate tanto pressa quanto possível, e em momento oportuno, de aprofundamento, conhecimento e de consciencialização do que está em causa no território de Borba”.

O Presidente da Câmara Municipal usou d palavra e disse” (...) O PDM, tem de ser de todos os Borbenses e não de uma pessoa em particular. Por muito bons que sejam os técnicos o PDM é sempre uma atitude política, mas tem de ser uma atitude política de todas as forças políticas.

Relativamente, à questão da água, referiu conversas mantidas com as Águas de Portugal, no que respeita à construção de uma Barragem em São Romão. Será uma hipótese a pensar.

Quando pensamos no PDM de Borba, temos de pensar no PDM à nossa volta. Os Instrumentos de Planeamento, na minha opinião só serão anulados se houver alternativas. Durante uma determinada época, Borba cresceu para um determinado lado, por conveniência! Noutra época, cresceu para outro lado, por conveniência! Mas a conveniência, tem de ser do povo de Borba. Temos de pensar em grande, mas temos de pensar em termos das gerações, das que estão cá e das que cá querem ficar.

No PDM, por muito bons que sejam os técnicos eles só fazem o que nós lhe digamos, que é o melhor para o concelho.

Nós Câmara, vamos querer que essa dita reunião seja feita, para sabermos o que todos pensam sobre o assunto. Os técnicos dirão qual é a hipótese de acordo com a lei, de fazermos o que se pretende.

O PDM, nunca é um PDM dos técnicos, é um PDM das pessoas de Borba! E, quem representa as pessoas de Borba, somos nós!

O membro Nelson Gato informou que esteve na reunião da comissão com a equipa responsável sobre a Revisão do PDM. “(...), tudo o que o membro Jorge Pinto falou aqui, foi tudo o que ficou “no ar”, essas opções estratégicas megalómanas, que nada têm a ver com os interesses deste concelho, e acima de tudo a percepção com que fiquei, é que eram as opções dos técnicos. Não, consegui perceber se havia ali opções políticas do executivo, porque a maior parte foi apresentado, como “as nossas opções, este é o nosso PDM”. É certo que são a equipa responsável, é certo que eles têm de apresentar uma proposta, é certo que essa proposta vai ter de passar por discussão pública e que vai ter de ser depois aprovada, mas se as coisa funcionarem da forma correta, ou seja, se forem integradas todas as opções políticas, opções técnicas e



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

aquilo que são os anseios das populações, será mais fácil concretizarmos no fim, um bom PDM para o concelho de Borba.

Estou perfeitamente de acordo com o senhor presidente da Assembleia Municipal, em promover essa reunião alargada, não só com todos os membros da Assembleia, porque, embora sejamos nós todos que vamos aprovar o documento no final, é bom que todos estejamos conscientes daquilo que vamos aprovar na altura. A forma de estar consciente é acompanhar o seu crescimento e a sua elaboração.

A reunião deve ser alargada a todas as pessoas que queiram participar, a todos os interessados. Tenho consciência que cada um dos interessados vai chegar aqui e vai defender, aquilo que é o seu interesse, mas isso não inviabiliza que os interesse não possam ser adequados aquilo que é o documento final.

Agora, que toda a gente fique consciente que o documento tem de ser realista, com opções estratégicas, com opções de desenvolvimento do concelho, mas “os pés assentes na terra”. Não vale a pena inventar! Não vale a pena compararmo-nos uma cidade que tem 500 mil habitantes, se nós só temos 6/7 mil habitantes. Não vale a pena inventarmos!”

O membro Paulo Aires usou da palavra e disse “Não estamos aqui, para fazer parte do problema, mas sim da solução e colaborarmos e ajudarmos, naquilo que pudermos, pois todos é que sabemos tudo.

Nós, enquanto membros da bancada do PS, pedimos é clareza na entrega dos documentos e o que se pretende fazer, na forma mais tranquila e transparente possível.

Encontramo-nos, disponíveis para trabalhar e ajudar no que fizer falta”.

O membro João Morgado usou da palavra e disse “O que vou dizer até pode ser uma teoria ou visão minha, a qual já tive o prazer de partilhar com o senhor presidente da Câmara de Estremoz, qual me disse que é um problema de todos nós aqui, nos concelhos de Borba, Estremoz, Alandroal (...).

Vou falar da água em Borba, enquanto concelho é rico em água ou já foi rico em água, neste momento, os agricultores com as vinhas e com os pomares, mais as pedreiras estão a esgotar os caudais subterrâneos. Eu, enquanto agricultor, tento trabalhar cada vez mais em sequeiro, porque o Alqueva fica longe.

A água que cai da N4, para o lado da Orada, vai para Veiros, a que cai para no sítio onde estamos, vai para o Alqueva, e a que cai de Rio de Moinhos ou da Nora para lá, essa vai toda para o Tejo. Ou seja, não há uma programação, não vejo a curto espaço de tempo, algo que segure a água no nosso concelho. Primeiro, para as pessoas, depois para a nossa atividade profissional, que neste momento é a vinha e toda a indústria ligada à volta dela.

Por isso o futuro diz-nos que temos energia cara, a água vamos ver (...). Neste momento, a água que temos em casa é dada pela Câmara, porque o subsolo ainda nos proporciona esse bem, mas se não forem feitos reservatórios daqui a 20 anos, passa a ser seca (...).



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Na Orada posso-lhes dizer que este ano, secaram 9 furos, é preocupante e alarmante, pensar que não há uma solução. Talvez, fosse melhor senhor Presidente, começar a pensar em reunir com os concelhos vizinhos para encontrarem uma solução, porque um projeto destes precisa de muita gente. Não podemos atribuir as culpas só ao Presidente da Câmara que está em efetivo (...). O tempo, entretanto, passa, e os custos aumentam, para os nossos viticultores, para nós próprios. É bom que se pense e que se deixe já planeado, com alguma segurança para todos. Mas volto a dizer, isto terá de ser pensado entre câmaras, pensar uma ponte estratégica, porque a barragem de Veiros, um dia pode alimentar Estremoz! Nós estamos longe do Alqueva (...). Isto é só uma sugestão, e oxalá eu me engane, mas o futuro vai ser por aí, energia e água!

O Presidente da Assembleia Municipal deixou um exemplo destas matérias, que tem que ver com a UNOR 0, Quinta da Prata.

A Quinta da Prata, é uma zona prevista em Plano em Borba e abrange na prática, o nó de ligação N4 em Estremoz, junto à linha de caminho de até à zona Industrial da Cruz de Cristo (...). Na proposta dos serviços, este instrumento de planeamento com 23,5 hectares, tem uma fraquíssima execução, e que deve ser revisto em sede de PDM.

Mas o que é que aconteceu nesta zona de 23,5 hectares baseado em três elementos fundamentais?

O primeiro, o surgimento de equipamentos estruturantes. O Centro de Saúde, está feito e a Aldeia Social da Santa Casa da Misericórdia, no essencial está feita.

O segundo elemento, determinante para o eventual desenvolvimento daquela zona, era a chamada via estruturante de Borba, que ligava a N4 à Zona Industrial da Cruz de Cristo, e que do ponto de vista da concessão do Plano seria a ancora, isto é, para que os proprietários depois, tendo a infraestrutura mãe, construída, pudessem ter interesse e desenvolvesse a urbanização da área. Só que a via não existe! E a responsabilidade é do Município. Ao longo destes anos nunca nos orçamentos foi prevista a sua construção! Nunca se pensou na captação, de financiamentos comunitários para a fazer! Na falta do elemento estrutural o processo de urbanização não aconteceu. E agora conclui-se que vai cair.

É este conjunto de situações, que temos de acautelar, para que não tenhamos, naquela zona um Centro de Saúde e nada mais, e a Aldeia Social, sem mais em toda a zona.

Pensar o território a 20 anos não é o que está previsto na ORU, que revê como estratégia para Borba, não a expansão, mas sim a reabilitação, o que em tese está correto, mas depois prevê que a reabilitação tenha uma dotação de 240.000,00€, para 15 anos. Fazer uma estratégia, de revitalizar Borba, através da recuperação do tecido edificado e abandonado, prevendo um investimento de 240.000,00€ em 15 anos, como disse o membro Nelson Gato, nesta reunião, isso dava para pintar 2 prédios num ano. Esta é a materialização da estratégia que lá está, eu fiz uma proposta um pouco diferente, que é recorrendo, a empréstimos e outras soluções, virmos a incluir neste plano a 15 anos, uma verba simbólica de 3 milhões de euros.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO UM: Ata da Comissão de Acompanhamento do PDM (Para conhecimento)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO DOIS: Relatório de avaliação dos planos (Para conhecimento)

Relatório_aval_PPUOPG02021

Relatório aval Zona Industrial Cruz Cristo

Relatório Avaliação PU Órada

Relatório de Avaliação do Plano de Urbanização de Rio de Moinhos

Relatório Revisão PierUnor2

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO DOIS: Relatório de avaliação dos planos (Para conhecimento)

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Apreciação da Câmara

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO UM: Relatório do Presidente

O senhor Presidente da Câmara, cedeu a palavra ao senhor vereador Joaquim Espanhol.

O vereador Joaquim Espanhol informou que estava tudo espelhado nos documentos distribuídos por todos os presentes, no entanto colocava-se à disposição para responder a alguma dúvida que surgisse.

O membro Paulo Aires perguntou qual foi o feedback da reunião tida com a empresa PADELIUS. “Segundo informação recebida, esta empresa já está com vencimentos e pagamento a fornecedores, em atraso”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), eu também ouvi essa informação, mas ontem estive no CEVALOR para tratar de outro assunto e tive a oportunidade de falar com o responsável da PADELIUS, e expliquei-lhe o que tinha ouvido. O senhor disse-me que a empresa está tranquila e que está a fazer as coisas como deve ser, que tinha uma encomenda para entregar, penso que até final do ano, mas as



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

coisas estão complicadas. De imediato, é provável que haja alguns inconvenientes em termos pontuais, foi muito claro!

Relativamente, à empresa PADELIUS, a informação que me foi transmitida, foi a que já referi."

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e disse "Continuamos a ter um relatório que é a divulgação da agenda e não dos conteúdos políticos programáticos e de execução e das preocupações. Continuamos a ter omissões, de acompanhamento das situações. Vou dar apenas um exemplo para se perceber, aquilo que refiro. Faço, já avaliação de 9 meses de cumprimento do plano. É, nos dito no Relatório Financeiro, que o grau de execução do Plano de Investimentos está em 16,96%, mas nada nos é dito, porque é que não se faz, aquilo que se disse que se devia fazer. Mais uma vez senhor Presidente, um Relatório de Atividades, não é dar este número, é dizer neste Relatório (...), porque é que o dinheiro teve que ser devolvido.

Temos um conjunto de Instrumentos de Planeamento no orçamento, que consubstanciavam determinados investimentos, foi dito pelo senhor vereador, "que nós não podemos fazer tudo de uma só vez e que iriam intervir, uma, duas, três ruas por ano, para renovação da rede de águas.", e elas estavam plasmadas no orçamento. Ao dia 24 de setembro de 2022 não vejo no Relatório nenhuma indicação se houve concursos abertos para a intervenção das ruas, para remodelação da rede de águas, se eles ficaram desertos, se os preços que estão baixos e os preços estão a subir (...). Aquilo que presumo, é que o que está no Plano de Atividades no Orçamento, foi esquecido no anterior a ter sido apresentado! Com um grau de execução de 17%, nós com facilidade, já estamos a ver que o próximo orçamento que vamos discutir no dia 16 dezembro, será a repetição do de 2022 (...).

De uma vez por todas, senhor Presidente, os graus de sucesso e de insucesso, os graus de capacidade e de São este conjunto de situações que devem vir mencionadas no relatório".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), o próximo relatório já virá tudo "explicadinho" ao pormenor, para não haver dúvidas nenhuma.

Os concursos vazios limitam-nos um pouco, ainda por cima são fundos comunitários, os quais não queríamos perder, mas vamos ver como será. O importante é não perdemos as verbas comunitárias.

Em relação a essas obras que nós temos planeadas, para 3 ruas, temos o projeto e os orçamentos feitos, entretanto irão sair de acordo com as condições. Este ano vamos fazer uma rua.

O que se passou na reunião da CIMAC, é um problema muito sério.

Entretanto vamos ver como é que os avisos do PRR, servem para os municípios, tentarmos ver as coisas de uma forma muito eficiente".



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO DOIS: Situação Financeira

PONTO TRÊS PONTO QUATRO PONTO TRÊS: Análise do processo de transferência de competências.

O **Presidente da Câmara Municipal** informou o seguinte: “Tivemos uma reunião com os responsáveis pela saúde, de uma forma objetivas as coisas correram bem. Voltamos a ter uma outra reunião em Santiago Rio de Moinhos. Posteriormente, a Dr.^a Sofias Dias começou a ter reuniões sucessivas com ARS.

Em termos de saúde as coisas não são muito complicadas! O que está em causa é o resto. Nós em termos de lei, fomos dos últimos a assumir competências.

A nível de Educação as coisas não estão fáceis. Já utilizamos a verba quase toda, e ainda estamos em outubro. A verba não vai chegar.

No que respeita a Ação Social, as coisas estão mais ou menos controladas, mas não deixam de ser complicadas.

A nível das descentralizações, o que eu tenho a dizer, é que nós não queremos mais verba, que aquela que gastamos na realidade. As verbas têm de ser dadas de uma forma correta e equilibrada. Estou convencido que o próximo orçamento de estado, vai ter de analisar melhor este tipo de situações, as quais são muito complicadas.

A Associação Nacional de Município, tem de compreender que todos os Municípios têm de ser tratados da mesma forma, independentemente da sua dimensão (...).”

A **vereadora Sofia Dias** usou da palavra e explicou “Embora este relatório, não tenha sido solicitado pela Assembleia, para estar aqui presente, sentimo-nos, quase na obrigação de o fazer. Ele é feito, como quase um pedido de apoio, de resposta à DGEST. Começou, por ser só um relatório no âmbito da Educação, entretanto pedi a colaboração da Dina, para fazermos um relatório de acompanhamento geral, porque no fundo o nosso principal problema aqui, tem que ver com a educação.

Como o senhor Presidente já disse, na Saúde está tudo a funcionar em pleno, existem algumas questões financeiras, não muito significativas de valores baixinhos. Mas, temos o compromisso da Saúde, de que no final do ano, vão avaliar a verba que transferiram e os gastos, e vão nos compensar, vão enviar aquilo que nos faltar.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Existe, um grande envolvimento na Saúde, em relação aos equipamentos, neste caso aos Centros de Saúde. Houve um problema no ar condicionado, do polo da Saúde da Orada, a ARS disponibilizou de imediato, o que quer que nós lá façamos, as intervenções necessárias, que eles vão pagar. Porque houve ali uma monitorização dos equipamentos, e se já está a dar problemas, a monitorização não foi feita ou então mal feita, entendem que é ainda responsabilidade deles.

A nível da Ação Social, o mesmo! As verbas aqui são mais fáceis de gerir! Uma das verbas que vem para o Acordo de Cooperação com a Santa Casa, para mantermos o serviço de SAS a funcionar. Outra das verbas, vem para os subsídios eventuais, e a outra para recursos humanos.

Nos subsídios eventuais, tal como está no relatório, de facto, há um desfasamento entre a necessidade e a realidade do valor que nos é transferido, porque transferem nos três mil e qualquer coisa euros, e quando analisamos os dossiers, e percebemos o que foi gasto nos anos anteriores, gastou-se sempre em subsídios eventuais, sempre na ordem dos doze mil, treze mil, catorze mil euros (...). Ao nos transferirem três mil e tal, à partida é insuficiente, e ficaríamos muitas pessoas sem apoio.

Questionamos, a Segurança Social se havia possibilidade de mexermos na verba, e uma vez que temos uma equipa técnica, com três técnicos, não há necessidade de estarmos a utilizar a totalidade da receita que vem para os recursos humanos, portanto, podemos ali mexer, e dotar esta rubrica dos subsídios eventuais, aumentá-la de acordo com aquilo que for necessário, para conseguirmos atender aquilo às necessidades da população.

Na Educação, além de não termos respostas, de não termos uma comissão de acompanhamento, de dificilmente nos atenderem o telefone, de não nos responderem aos ofícios (...), de insistimos por email e as respostas serem tipo bola de "pingue-pongue". A DGEST diz que a responsabilidade é do IGEF, o Ministério da Educação diz que a responsabilidade é da DGEST. Ficamos sem saber onde para a responsabilidade, e o certo é que o dinheiro não vem.

O que está aqui neste relatório, efetivado e concretizado, é o adiantamento do duodécimo, em agosto adiantamos o duodécimo de. A continuar assim vai ser difícil fazer face a todos os custos, a todas as faturas que vão chegando e a Educação continua sem nos dar resposta.

Aceitamos, que queiram chegar ao final do ano para verificarem o que correu menos bem, e depois então enviarem o dinheiro (...), se for isso está tudo bem!

O Presidente da Assembleia Municipal Primeiro: disse o senhor Presidente que resistimos às competências até ao fim. Que eu saiba na área da saúde que é obrigatório à aceitação de protocolo, até este momento no País, só 47 Municípios é que aceitaram a competência da saúde, isto é a esmagadora maioria dos Municípios, transversal a todas as forças políticas, recusa-se a aceitar a transferência das competências na área da saúde. Por exemplo não sei como é que esta Câmara Municipal aceita as condições e o Protocolo



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

de transferências de competências da área da saúde, quando a extensão do Centro de Saúde dos Arcos, faz parte do Centro de Saúde de Borba, isto é, é Borba que passou a assumir parte dos encargos que caíram sobre Estremoz! A não clarificação desta matéria, e a sua não reorganização administrativa era suficiente para dizer que não aceitava o Protocolo.

Na área social, como a Vereadora Sofia disse três mil trezentos e sessenta euros, para apoios sociais, num momento de crise onde o histórico era de quinze, dezasseis, dezassete mil, demonstram a insuficiência de verba. Na educação o dinheiro que está transferido corresponde ao histórico do Ministério da Educação de 2018 sem a atualização.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Acordo de Execução de Delegação de Competências do Município de Borba no Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central.

O Presidente da Assembleia Municipal diz que a competência era da Direção Geral de Saúde, que delegava nos Centros de Saúde, agora a competência vem para o Municípios e o Município delega no Centro de Saúde. Então o que é que fica de competência no Município?

Nas havendo mais intervenções, o senhor Presidente colocou o documento à votação, tendo a Assembleia Municipal, **deliberado por maioria, com 18 votos a favor (9 eleitos do MuB, 6 eleitos do PS e 3 eleitos do PSD) e 1 abstenção (eleito da CDU), autorizar a celebração do Acordo de Execução de Delegação de Competências do Município de Borba no Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central.**

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Apreciação e deliberação da Assembleia sobre a inclusão na Ordem de Trabalhos da reapreciação da proposta de revogação do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte de Borba

O Presidente da Assembleia Municipal refere que a Câmara Municipal na sessão de 24 de julho trouxe à Assembleia a matéria de revogação do Plano Pormenor da Zona Norte. A Assembleia Municipal depois de ampla discussão da situação e do surgimento de várias questões que estavam omissas, delas teve conhecimento e votou a não revogação do Plano. E dentro desses elementos um dos que constava na exposição que foi feita tinha que ver com o direito objetivo de propriedade da Cooperativa de Olivicultores a parte dos terrenos que aqui estão em conflito que são terrenos, digamos situados chamadas oficinas da Câmara. Depois da decisão da Assembleia diligenciei junto da Cooperativa e os membros da Assembleia Municipal e têm a resposta da Cooperativa que é clara e objetiva e reconhece e divulga os compromissos que



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

existem entre a Câmara e a Cooperativa de Olivicultores declarando que as permutas não estão concretizadas e que existe abertura da Cooperativa para renegociar, desde que sejam defendidos os interesses da Cooperativa em primeiro lugar e os borbenses em segundo.

Conforme consta da Ata hoje aprovada a Assembleia ficou sem qualquer dúvida que não seria criado nenhum vazio com a eventual não revogação do Plano. Surpreendentemente, a fundamentação da Câmara é dizer que a Assembleia Municipal fez a revogação com o perigo que lá está na fundamentação da Câmara com a revogação da zona, ficaria sem normalização urbanística, criando um vazio de determinado desenvolvimento. Peço à Câmara Municipal que seja correta e avalie as situações do que é dito e do que é aprovado. Não estamos aqui para ser raivosos. Estamos aqui para ser conscientes das decisões que tomamos, e nesse sentido, porque o respeito pelas decisões dos outros órgãos são para valer decidi submeter à Assembleia Municipal uma previa discussão, se este ponto dever ter inclusão na ordem de trabalhos e fundamentos para a sua inclusão, se o não for, mantém-se a decisão de 18 de junho, se o for entramos na discussão de novo da revogação.

A membro Sara Anselmo acrescenta que: os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal, consideram relevante o compromisso para a definição de objetivos estruturantes às normas do ordenamento do território e atrativos para futuros investimentos. Consideramos que não se encontram reunidas as condições para a revogação do Plano Pormenor Norte de Borba, uma vez que todo o processo de alinação dos estaleiros municipais tem sido confuso, pouco claro e gerido de uma forma pouco correta e surge agora como principal motivo para a revogação do respetivo Plano e analisando o Plano Pormenor da área Norte, constatamos que os principais princípios agora enunciados apenas diferem na criação de um Parque Urbano, não apresentando soluções para a criação ou deslocalização do referido parque de feiras. Se tal proposta se prende exclusivamente com a área de alienação dos estaleiros municipais então que se proceda à suspensão parcial do Plano, naturalmente com as necessárias clausulas de salvaguarda. Relembramos alguns dos aspetos que temos referido ao longo do processo da alienação dos estaleiros municipais. Comparativamente o valor da avaliação que a área não construída, tem valor inferior ao estabelecido, por exemplo para a urbanização do forno da Orada, mesmo com comparticipação jovem. A não existência de hasta pública para a alienação da propriedade do Município, a alteração do preço contratual em que inicialmente eram duzentos mil euros e posteriormente, cresceram mais de 50%, totalizando os trezentos mil euros. Ausência de informação de localização dos novos estaleiros nos custos dos mesmos, visto não estão orçamentados, e mais recentemente a questão da Cooperativa de Olivicultores, onde não estão assegurados os compromissos, eventualmente dados pela Câmara Municipal, bem como a aceitação por parte das estruturas legais por parte da Cooperativa. Voltamos a referir que não se encontram reunidas as condições para a discussão da revogação do Plano. Perante esta exposição manifestamos a nossa



Município de Borba

Assembleia Municipal

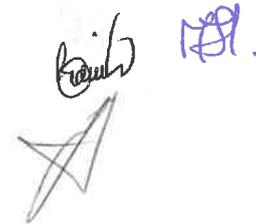
(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

disponibilidade para uma possível Assembleia Municipal extraordinária, assim que a mais recente questão esteja resolvida e esclarecida.

O membro Nelson Gato, intervém dizendo que o que começa mal dificilmente acaba bem! E este processo começou mal desde o primeiro dia, e começou mal porque o que está em causa, é o investimento, o que está em causa é a possibilidade de instalação de uma unidade hoteleira acompanhada da respetiva Vilas no âmbito dos possíveis vistos Gold, e aí ninguém tem dúvida. Agora, desde o primeiro dia quando foram começadas a fazer conversações com a entidade promotora do projeto, desde o primeiro dia que foram assumidas como válidas as intenções dessa entidade promotora em realizar esse investimento e criar desenvolvimento e postos de trabalho para o nosso concelho, deveriam ter sido acauteladas pelos serviços, a possibilidade e a verificação de poder ou não correr essa instalação nesse local. Porque o que está aqui em causa não é só o Plano de Pormenor, o que está aqui em causa é um compromisso assumido à cinco, seis anos, com muitas conversações, com a igreja, com o Património, com várias entidades e aquilo que estava na base não foi acautelado. Aquilo que podia levar à viabilização ou não de todo o projeto não foi acautelado. E é nesse impasse que nós estamos neste momento em relação a este pseudo investimento. Depois, a partir daí começaram a surgir outros pormenores, e os pormenores como a colega aqui do PS já disse, que não deixam de ser pormenores importantes, que tem a ver com o valor, tem a ver com a forma de negociação, tem a ver de um momento para o outro com a pressão talvez nas reuniões de Câmara do vereador do PS, porque nós não estamos lá representados, conseguiu-se uma alteração ao contrato, conseguiu-se renegociar os valores, mas andamos aqui em questões de que por maior não são questões de pormenor. Depois quando tudo parecia que já estava a correr bem aparece a Cooperativa dos Olivicultores, mais um “grão na engrenagem”, aí eu admito que numa coisa decidida em 2004, que até hoje não aconteceu nada, a culpa não será deste executivo também, aqui há outros desenvolvimentos, porque havia uma deliberação do Município, havia uma aceitação das condições, mas que nunca aconteceu nada, desde aí nunca foi feito, nunca foi assinado nenhum documento, além daquilo que se passou nas reuniões. Agora a Câmara, depois da Assembleia ter votado contra a eliminação do Plano Pormenor, fez uma reunião extraordinária e voltou a apresentar o ponto. E aqui senhor Presidente deixo que lhe diga uma coisa: nós não estávamos na reunião de Câmara, mas o facto das reuniões de Câmara agora para serem filmadas, o facto das reuniões de Câmara serem publicadas no site, qualquer pessoa tem acesso às imagens e ao som e deixe que lhe diga senhor presidente a imagem que nós passamos para o exterior não é a melhor, e não é a melhor, porque pessoas com quem eu já falei e que me comentaram “no seu concelho, aquilo é uma coisa espetacular, os Vereadores apresentam uma coisa e o Presidente diz que é como eu quero ou não é.” Não podemos ser assim senhor Presidente! Não podemos ir por esse caminho! E o que está em causa neste momento é a inclusão ou não novamente deste ponto na ordem de trabalhos da Assembleia e aí nós não estamos contra a inclusão desse ponto, porque se a Câmara deliberou, se a Câmara propôs à Assembleia, não sei até que ponto se deverá ser recusado a inclusão desse ponto. Há muitas arestas a limar, há pormenores por maiores



Município de Borba



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

que têm que ser devidamente acautelados, nomeadamente o facto de a carta que nós tivemos acesso de resposta da Cooperativa de Olivicultores. Dá uma resposta que não é um não, não é um sim, é um “nim” que diz, sim senhor avance, mas temos de acautelar os nossos interesses, mas depois não especificam quais são os interesses. Aquilo que a Câmara pode estar neste momento a pedir, que seja aqui validado é que os interesses que nós não sabemos quais sejam dado carta branca à Câmara para os decidir, pode ser mau e ser mais um negocio ruim para a Câmara, mas como lhe digo, não podemos meter a cabeça na areia, não podemos, e em relação a outros negócios já falamos aqui hoje da empresa CEVALOR já chamei à Câmara do riscos estava a correr e infelizmente para algumas pessoas deixaram os empregos noutra lado que neste momento estão a tentar voltar a trabalhar onde trabalhavam. Nós tínhamos razão! E espero neste caso, que no futuro não venhamos a ter razão também e por agora por aqui me fico.

O membro Paulo Mendanha usou da palavra e disse “(...)”, da nossa parte, achamos que o ponto deveria estar incluído, porque tem fundamentação diferente”.

O membro Hugo Mendanha acrescentou o seguinte “(...)”, na última assembleia, onde eu estive presente, e onde este assunto foi debatido, o que eu depreendi, foi que ninguém está contra um investimento de tal envergadura para Borba, mas passados alguns meses, continuamos com as mesmas dúvidas e ainda na reunião de Câmara anterior, o senhor vereador Pedro Esteves, volto a pedir esclarecimentos e mais dúvidas ficaram.

Da nossa parte e de acordo com a declaração de voto lida, estamos contra a inclusão este ponto por todos os motivos espelhados na declaração e voto. Não somos nenhum obstáculo a investimentos, mas enquanto não forem esclarecidos esses pontos, nós não podemos estar a favor de incluir este ponto nesta assembleia, porque há muitas reservas, ainda, que estão aqui em “jogo”. Pesquisem, comigo, aí na internet, Vilas Borba, Vistos Gold. Já estão lá sites com os apartamentos à venda, através de Vistos Gold. Isto cria-nos muitas reservas! Pesquisem!

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara, o que é que o departamento jurídico desta Câmara vai fazer ou está a fazer perante isto?

No passado, quando este projeto foi anunciado, isto apareceu na Internet, depois retiraram-no, e agora voltou a aparecer à duas ou três semanas atrás. Existe, aqui muita coisa, que nos gera dúvidas.

Eu, em consciência, (...), e nós não nos abtemos, porque aos estarmos a abtemo-nos, é estar a aceitar a decisão este órgão, nós vamos votar contra.

Agradecia, que o senhor Presidente explicasse, porque é que temos aqui duas ou três companhias na Internet, já a vender T2 ou apartamentos num projeto que ainda não foi aprovado”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O Presidente da Assembleia Municipal interveio e disse "(...), a Câmara Municipal em 18 de junho, propôs como único fundamento, a revogação do Plano, baseado nas tais alterações socioeconómicas que levaram à baixa execução do Plano.

Do ponto de vista do funcionamento dos órgãos, tirando as matérias de pessoal, o orçamento, a estrutura orgânica (...), quando a matéria chega à Assembleia, este órgão pode alterá-la, mas a Assembleia Municipal, não alterando o conteúdo da proposta da Câmara, deixando, porém, claro, todo um conjunto de elementos que havia em falha no processo.

Quando a Assembleia Municipal, deliberou, deliberou consciente, e não como "cão raivoso", como disse o senhor Presidente. Deliberou, consciente, de que a não revogação do Plano, tinha implicações de curto prazo.

Sem meter em causa, o que vinha a jusante e que tinha sido decidido a montante, que é no fundo o investimento, deverão ser feitos um conjunto de acautelamentos desta matéria, entre eles, a situação com a Cooperativa de Olivicultores, e foi esta decisão da Assembleia. Sendo a Assembleia o órgão deliberativo, a Câmara Municipal, está vinculada ao cumprimento das delegações da Assembleia. É, verdade que do ponto de vista jurídico, diferentemente a outros órgãos deliberativos e executivos, nada na lei impede a Câmara de repetir a solicitação de deliberação da Assembleia quando a matéria é reprovada pelo órgão deliberativo.

A verdade, é que não há novos fundamentos na proposta! Porque, como referi, não podem ser fundamentos de dizer, "*que agora está acautelada a habitação (...), está acautelada a zona do parque urbano*", porque o parque urbano sempre lá esteve, portanto não existe nenhuma alteração. O que foi colocado foi "(...), *vai ser em sede de revisão dos Instrumentos de planeamento, que o órgão competente vai dizer o que é que é*", e não se dar como adquirido, que foi como ficou.

Do ponto de vista do fundamento, não há nada de novo!

Aqui, não revogamos, aquilo que é materialmente relevante. Porque, há um compromisso que parte do edifício da Câmara Municipal, oficinas, é propriedade da Cooperativa de Olivicultores e só não está concretizado do ponto de vista formal, porque houve incumprimento, por parte dos órgãos municipais de formalizarem a escritura.

A Assembleia Municipal deliberou pela não revogação do Plano, considerando que enquanto não ficarem salvaguardados e respeitados os compromissos de pessoas de bem, com terceiros, esta matéria não deve ser revogada.

O senhor Presidente da Câmara abriu as portas a soluções com a Cooperativa de Olivicultores. Procurando, dar e finalizar, cumprimento, àquilo que deveria ter sido cumprido desde 2004.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Aquilo, que considero, sem prejuízo da futura discussão desta matéria, que o senhor Presidente encontre a solução com a Cooperativa, que se resolva esta matéria e depois iremos discutir se, se justifica ou não, revogar o Plano ou suspendê-lo, conforme é aqui proposto. Depois ainda existem, como referi, dúvidas sobre o processo de transmissão onerosa de propriedade do município. Depois existe a deliberação da Assembleia que não aceitou o processo de avaliação do terreno, por não ter em consideração os critérios de avaliação, nomeadamente, ser efetuado tendo em consideração a capacidade construtiva do terreno.

Esta Assembleia na sua sessão de fevereiro disse, que rejeitava aquele documento. E, também decidiu que tinha sido solicitado à Câmara Municipal a situação de custo/benefício, e até hoje não foi feita!

Estamos, aqui perante o princípio, do respeito pelos órgãos e pelos interesses dos munícipes, das instituições e da palavra dada.

Queria, colocar à vossa ponderação, todas estas questões (...)"

O membro Paulo Aires usou da palavra e pediu que fosse cedida a palavra ao senhor Vereador Pedro Esteves.

O vereador Pedro Esteves usou da palavra e disse "Aquilo que muitas vezes tenho dito ao senhor Presidente da Câmara, é se por norma concordamos no enunciado dos princípios, depois discordamos completamente na operacionalização.

Foi dito aqui, pelo senhor Presidente, que os Instrumentos de Planeamento só devem ser anulados se houver alternativas. Mais, claro que isto não podia ser para concordar comigo! Daí, que, na reunião de Câmara a bancada do PS, ter feito a proposta de suspensão deste Plano. Naturalmente, com as cláusulas de salvaguarda, que se entendessem por necessárias e que estávamos dispostos a discutir. Aliás, há uma proposta dos serviços jurídicos da Câmara, que eu presumo que é de fevereiro, em que tal solução já era apontada.

Mas, como é hábito muitas vezes nas reuniões de Câmara, nós não somos compreendidos, e a resposta é normalmente esta, "(...), não é isso que está à discussão, nem sequer queremos discutir, ou é como a gente quer ou não ou não é!"

Esta atitude pouca democrática, leva-me muitas vezes, a que não se consiga chegar a consensos, quando eles, desde que fossem discutidos, podiam cá ter chegado e hoje podíamos estar a discutir a suspensão parcial, deste Plano.

Se este documento, for a votação, vamos ver se esses 40 dias, não vão ser bastante ultrapassados, com todos os pormenores que por aí há?"



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

A membro Maria João Lopes pediu ao senhor Presidente que se manifestasse quanto a esta matéria e às decisões que tomou e não tomou, e qual foi a sua decisão.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu Relativamente á questão do anúncio na Internet, da venda dos apartamentos, eu não vi, mas alguém me informou sobre essa situação.

Os investidores, disseram que davam duzentos mil euros pelo terreno onde estão instaladas as oficinas da Câmara. Na altura eu disse, que o valor era pequeno e após alguma insistência da nossa parte, conseguimos que o valor subisse para trezentos mil euros.

Foi feita a avaliação do imóvel, por um técnico nosso, em cerca de quatrocentos e tal mil euros, depois foi feita uma nova avaliação, por uma empresa em cerca de trezentos mil euros. Depois, chegou a revogação do Plano, na qual deveria ter vindo mencionado qual era o objetivo da revogação, proporcionar a criação do investimento.

Se são Vistos GOLD (...), sim, mas em Portugal quantos não há? Quantas vezes o governo não incentiva o investimento.

Agora, uma questão muito objetiva, há ou não há necessidade deste investimento para Borba? Penso que há! Qualquer das maneiras, esta Assembleia é soberana.

Aqui, não há compromisso com ninguém, felizmente estou tranquilo! Sei, o que quero para Borba! É a minha opinião, é a opinião do nosso movimento, as outras pessoas terão outras opiniões.

Muito antes da conversa que houve aqui em Assembleia, houve uma tentativa de reunião com a Cooperativa de Olivicultores.

Estes investidores querem investir em Borba cinco milhões de euros e construir 140 postos de trabalho. Tivemos reuniões com o Centro de Emprego, com a Universidade de Évora, para expor a situação do investimento.

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu: Senhor Presidente, nunca esteve em causa o investimento. E mais sobre o investimento e os riscos do investimento, ficam para quem o quer fazer. O que foi colocado na altura, foi as condições e os interesses do município nesse negócio. Não está em causa o que a Câmara pediu e o que a empresa fez, da avaliação do terreno, a Assembleia Municipal por maioria dos seus membros, não aceitou aquela avaliação porque, a Assembleia Municipal decidiu, que queria uma avaliação de um terreno na base de 4145 m², de direito de construção, num terreno infraestruturado. Aquilo que foi presente à Assembleia Municipal, foi a avaliação de umas oficinas com 45 anos. Bem ou mal, esta Assembleia



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

tomou conhecimento das questões e rejeitou esta situação e remeteu para a Câmara Municipal, a dizer que queria essa avaliação, para saber se a competência de alienação era da Câmara ou da Assembleia.

Não está em causa a deliberação de viabilizar o investimento, nem se quer está em causa as condições que a Câmara decidiu levar por diante, de alienação do terreno. Nem se quer está em causa, se assumido esse compromisso, estão salvaguardados outros interesses do município, nomeadamente da garantia da perpetuação de serviços públicos essenciais, que o município tem de fazer. O que está em causa, foi que, foram encontrados entraves, há boa concretização desse objetivo, e que elas seriam resolúveis através da revogação do Plano de Pormenor. A Assembleia Municipal disse, que havendo estes entraves, para além de outros, nomeadamente do enquadramento que fizemos no ponto há pouco da Revisão do Plano de Pormenor, não estavam salvaguardados, os múltiplos interesses e não apenas no investidor, desta matéria, pelo que o Plano não era revogado, foi esta decisão! E a Câmara, entendeu, que tinha mesmo que o revogar, e o ponto vem novamente na ordem de trabalhos, sem nada de novo.

A membro Sara Anselmo usou da palavra e disse "De acordo com a votação, iremos apresentar declaração".

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação:

- a) A assembleia Municipal, **deliberou por maioria**, com 12 votos a favor (9 eleitos MUB, e 3 eleitos PSD), e 7 votos contra (6 eleitos PS e 1 eleito CDU), **aprovar** a inclusão, do ponto 3.6. na Ordem do dia.

Declaração de voto, apresentada pelos **eleitos do MUB**, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento nº.7**

"Declaração Voto – Inclusão Ponto

Votámos favoravelmente a inclusão do ponto uma vez que este ponto vem mal escrito, a Mesa da Assembleia tem a responsabilidade de verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal, logo a competência é da Mesa da Assembleia Municipal, não é competência dos Membros deliberar a inclusão do Ponto como aqui está.

O Regimento da Assembleia Municipal é claro, já estamos habituados a que não seja cumprido, mas chega a um ponto que não podemos aceitar mais incumprimentos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal não tem poderes para sozinho, conforme documento explicativo da inclusão do Ponto, para colocar à consideração da Assembleia Municipal a inclusão do Ponto. Esta competência é da Mesa e não do Presidente.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Regimento:

“Art. 22.º (Competências da Mesa da Assembleia Municipal), alínea d): “Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal.”

“Art. 29.º (Ordem do dia e documentação), n.º 4: “A Ordem do Dia sem prejuízo da inclusão de matérias propostas pela Câmara Municipal, nos termos da lei (...)”

O Sr. presidente não pode renunciar a uma competência, muito menos fazer alegações incorretas conforme documento explicativo da inclusão do Ponto.

Se não vejamos:

No documento diz o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Mais. A Assembleia deixou claro que a referida matéria, assim como a apreciação de todos os restantes planos deverá ocorrer num quadro global no âmbito da revisão do PDM e não casuisticamente sobre um único plano (...).”

Recordamos que aprovámos hoje a Ata n.º 4, Ponto 3.4 e diz na pág. 25 (declarações do Sr. Presidente da Assembleia Municipal): “Será presente numa próxima Assembleia a apreciação de todos os documentos que à pouco solicitei e sem prejuízo de voltar a reapreciar esta matéria ou com alterações, que a Câmara Municipal por escrito, officie (...)”.

Diz ainda:

Em momento algum a Assembleia, ou qualquer dos seus membros, defendeu que “com a revogação a zona ficaria sem normas urbanísticas, criando um vazio que determina a ausência de desenvolvimento e investimento no território em causa.” (...).”

Na pág. 18, da mesma Ata n.º 4 que aprovámos, diz na intervenção da Arq. Ana Malta:

“Quero esclarecer, que este território, se esta revogação ficar concluída e for publicada em Diário da República, este território não fica sem normas. Os índices e os condicionantes aplicáveis a esta área são os que estão neste momento na Revisão do Plano Diretor Municipal e depois com a segunda Revisão do PDM, terá naturalmente outras regras.”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

De acordo com a documentação recebida da Câmara Municipal, este ponto vem porque tem fundamentação diferente logo tem de se incluir o ponto, de acordo com o que foi aprovado em Reunião de Câmara.

Borba, 24 de setembro de 2022

Os membros da Assembleia Municipal do MUB”

Declaração de voto dos eleitos do PS - Documento nº.8

Declaração de Voto – Inclusão do Ponto na Ordem de Trabalhos

Os eleitos pelo Partido Socialista, apesar de considerarem positivo o compromisso para a definição dos objetivos estruturantes para as normas de ordenamento do território a criar para a área Norte, os quais, em bom da verdade, apenas diferem na criação de um Parque Urbano, mantendo-se, ainda assim, a ausência de soluções para a criação de um Parque de Feiras, cientes da importância do eventual investimento do promotor imobiliário para o concelho, mantém a posição de não se encontrarem ainda reunidas as condições de aprovação da revogação do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte de Borba.

Consideram ainda, que todo o processo de alienação dos estaleiros municipais foi gerido de forma desastrosa e agora, já se torna claro, este aparecer como o principal motivo para a **Revogação**, aparecendo aliado ao investimento que o Convento das Servas, Lda, tem por intenção realizar.

Apontamos alguns exemplos do que dizemos:

- a) O valor da avaliação em que a área não construída tem valor inferior ao estabelecido para a urbanização do forno na Orada, mesmo com 50% de participação Jovem;
- b) A não existência de hasta pública para a alienação de propriedade do município;
- c) A alteração do preço contratual em que inicialmente eram 200.000, € e posteriormente aparecem mais 50%;
- d) A ausência de estacionamento da responsabilidade do loteador;
- e) O custo e localização dos novos estaleiros que ainda ninguém sabe onde serão, nem estão em orçamento;
- f) O compromisso assumido em anterior gestão com a Cooperativa dos Olivicultores de Borba sobre alguns dos terrenos em causa;



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

A carta enviada ao Presidente da A.M. pela Direção da Cooperativa, em que manifestamente não estão asseguradas as garantias eventualmente dadas pela câmara e aprovadas em Assembleia Municipal do acordo estabelecido nem a aceitação por parte das estruturas legais (Assembleia Geral dos Cooperadores) da Cooperativa de Olivicultores, configura-se como um elemento adicional, mas que não reflete a vontade expressa dos cooperantes.

Diz através da Direção, que a Cooperativa não ficará prejudicada não chega, que aguardam pela apresentação formal por parte do Presidente da Câmara, pela substituição de acordo de permuta e cedência é aguardar sabe-se lá o quê...assume-se um compromisso sem dar voz aos cooperadores.

Acresce ainda, que os eleitos do PS na Câmara Municipal, propuseram, com base no parecer que lhes foi enviado pelos serviços e da informação prestada pelo Sr. Presidente relativamente ao tempo de decisão (40 dias), **suspensão parcial do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte de Borba**, com estabelecimento de medidas preventivas. Esta proposta foi de imediato repudiada em moldes ditatoriais pelo Sr. Presidente da Câmara.

Considerando, pois, que a AM já analisou, debateu e se pronunciou sob proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte de Borba, os eleitos do PS, são pela não inclusão do ponto 3.6 na ordem e trabalhos desta sessão da AM, disponibilizando-se para a realização de uma AM extraordinária para efeito, depois de esclarecidas todas as dúvidas que persistem.

Os eleitos do PS”

Seguidamente, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs que a deliberação sobre o ponto: Proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Área de intervenção Norte de Borba, seja suspensa e que o ponto incluído numa futura assembleia municipal.**

A membro Sara Anselmo usou da palavra e pediu que fosse dada uma justificação, pelo senhor Presidente, para a não possível, aceitação, da suspensão parcial do Plano, como foi proposto em reunião de Câmara de dia 14.

O Presidente da Assembleia Municipal acrescentou “(...), a Assembleia tem plenos poderes neste momento, para avocar, formalizar a proposta que o Partido Socialista fez na Câmara”.

O membro Paulo Mendanha interveio e disse “(...), senhor Presidente tem de incluir isso na ordem do dia, isso não é assim! Tem de incluir o ponto na ordem do dia”.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...)”, desculpe senhor membro Paulo Mendanha, eu estou a chamar a atenção do seguinte. A Assembleia Municipal, retirando as matérias, orçamento, pessoal e de estrutura orgânica, uma vez chegadas as matérias da Câmara Municipal à sua posse, tem plenos poderes para as alterar, no sentido que mais oportuno considerar. A Assembleia Municipal, tem poderes, para chegada a proposta da Câmara Municipal, a adiar, a revogar, a não revogar ou de alterar para a suspensão. Isto é pleno poder da Assembleia Municipal, nesta matéria.

Aquilo que eu coloco, é se o Partido Socialista, que viu derrotada a sua proposta na Câmara Municipal, de suspensão, entende ou não formalizar na Assembleia Municipal, a proposta alternativa de suspensão.

O membro Paulo Mendanha interveio e disse “(...)”, senhor Presidente, nós estamos no ponto 3.6, mas o senhor Presidente como tem a maioria na mesa, pode colocar essa inclusão no ponto de ordem, não é?”

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...)”, Não! Não o faço!”

O membro Paulo Mendanha referiu “(...)”, mas pode aproveitar os serviços jurídicos nessa matéria (...).”

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...)”, não vou pedir os serviços jurídicos, porque pleno tenho conhecimento da situação, tenho o meu entendimento dela, quando entender tenho poderes para pedir pareceres (...).”

O membro Paulo Mendanha insistiu “(...)”, senhor Presidente, mas não é seu entendimento (...).”

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...)”, não me interrompa (...), o que eu lhe estou a dizer, é que do ponto de vista da lei, a Assembleia Municipal, tirando as 3 matérias que referi, em todas aquelas que entram na reunião, tem poderes para lhe fazer proposta e alteração (...).”

A membro Maria João Lopes usou da palavra e disse “Tenho sido a pessoa mais critica à atuação do senhor Presidente da Câmara, ele sabe disso, com todo o respeito que lhe devo, volto a dizer (...), isto tudo poderia ser muito mais fácil, do que tem sido (...). Já lhe disse na última assembleia, quando não aceitamos a revogação, porquê? Eu acusei-o destas grandes áreas, que são: falta de transparência, não nos incluir, não colaborar com este órgão, onde não tem a maioria absoluta. Nós estamos aqui, e já foi dito por imensas pessoas, nomeadamente as forças políticas diferentes, que ninguém está contra este investimento, todos estamos a favor de um investimento desta envergadura, que pode até ser um grande impulsionador do desenvolvimento e do trabalho no nosso concelho, estagnado e parado há imenso tempo e pode dar aqui outras condições.

Depois, pode ser o seu estilo de governação e de tratar estes assuntos, mas que levam a que haja sempre desconfiança. O senhor Presidente aqui só peca, porque, não nos vê como uma força que pode trabalhar



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

consigo, e que não estão sempre do contra, só porque estão! Nós não estamos aqui para vedar negócios, para fazer birras, também temos direito a elas, o senhor também as faz! Não última reunião, não percebeu a intensão do Vereador Pedro Esteves, porque se tivesse percebido na altura, tinha aqui uma porta aberta.

Depois, tudo isto se resolve a incidentes e a perda de tempo com situações, que são muito práticas e óbvias, e legais.

Senhor Presidente, quando começou a negociar há 5 anos, e fez estes contactos todos, com tantos técnicos, nunca ninguém pegou no processo e o analisou da forma que se deve fazer (...), inclui espaço urbano, espaço rural, quantos metros são (...). Ninguém, o chamou à atenção, que existia ali um Plano? Cinco anos depois, e depois, de nos apresentar este negócio, ninguém o alertou para esta situação? O senhor tem aqui serviços, que lhe têm de chamar atenção, o senhor não tem de conhecer tudo!

Por isso, senhor Presidente, nós estamos aqui todos, não é pelo negócio, é pela forma! Nós temos sempre dois caminhos na vida para fazer as coisas, com certeza, que já ultrapassamos alguns. Essa questão do preço, da venda já foi ultrapassada, para mim e para os meus colegas de bancada, nós também temos de olhar com objetividade para isto, e temos de o responsabilizar a si e ao seu executivo.

Se está a fazer esses passos, com certeza que tem de resolver com a Cooperativa de Olivicultores. Mas tem de fazer um programa interno, porque isto, aqui, é grave! O não alertarem, no espaço de 5 anos, sobre um Plano que já existe, e que está ultrapassado, como nós já percebemos. Nós não aceitamos a revogação do Plano, porque não o conhecíamos, nem sequer, o projeto de revisão do PDM. A reunião de apresentação do projeto da Revisão do PDM, só foi realizada à posteriori.

Depois, ficamos sempre com "o pé atrás"! E, depois o senhor, também tem essas atitudes, que não são, às vezes muito educadas e não são de cooperação. Enquanto olhar para nós como uma força de bloqueio, que não somos, nem nunca fomos, temos opiniões diferentes (...), mas eu gostava que tivesse isso em atenção (...)."

O membro Nelson Gato usou da palavra e disse "(...), uma vez que já conhecemos a posição da Cooperativa de Olivicultores, só queria que o senhor Presidente, nos dissesse qual é a posição da Câmara em relação ao que a Cooperativa de Olivicultores diz no ofício de resposta".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), o que está em causa são duas hipóteses; avaliações independentes do valor do terreno e à dita fabrica de compostagem no Alto dos Bachelos De uma forma muito objetiva, a Cooperativa de Olivicultores, não vai perder dinheiro nenhum, aliás vi ganhar dinheiro, e um terreno na Zona Industrial do Alto dos Bachelos, para fazer a Central de compostagem".

Terminou a sua intervenção, citando uma frase de António Aleixo: "*Não sou parvo, nem bruto, nem bem, nem mal educado, sou apenas o produto do meio onde fui educado*".

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O membro **Nelson Gato** referiu "(...), independentemente do resultado desta votação, independentemente, daquilo se passar a partir deste momento, nada inválida, que o que é da política, fica na política, o que é da justiça, fica na justiça. Se houver ilegalidades que se apurem!

A membro **Sara Anselmo** informou "(...), não vamos apresentar a proposta. Só queria salientar que não vamos ser bloqueadores de qualquer forma do possível investimento

O **Presidente da Assembleia Municipal** Não esteve presente na sessão da Assembleia Municipal de abril, pelas razões que vocês sabem, mas leiam atentamente o Relatório das Revisora, em que dá parecer negativo sobre as questões de legalidade do processo da alienação, e vamos ter outra conta de gerência, para aprovar em abril do ano que vem.

Sobre esta matéria não tendo sido formalizada a proposta alternativa de suspensão, há a proposta que fiz de colocar à consideração da Assembleia Municipal, a suspensão, da deliberação sobre este ponto, aguardando, o desenvolvimento pela Câmara Municipal, de propostas complementares à mesma, nomeadamente do acordo expresso com a Cooperativa de Olivicultores, sobre as permutas.

O que coloco à consideração, é que este ponto seja suspenso da sessão, e que possa ser continuado a deliberar em sessão futura, incluindo também em sessão extraordinária, como o Partido Socialista fez (...).

O membro **Paulo Mendanha** interveio "(...), oh, senhor Presidente, o que é que está a colocar à votação? Temos de votar a revogação ou não revogação. Se quer meter qualquer situação a votação, deliberação, tem de ter dois terços da Assembleia, e já sabe isso, senão tem aí a jurista da Câmara para responder a essa situação, portanto faça favor".

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu "(...), senhor membro da Assembleia Municipal, quem dirige os trabalhos sou eu, não é o senhor."

O membro **Paulo Mendanha** interveio "(...), senhor Presidente, o senhor tem de cumprir o regimento"

O **Presidente da Assembleia Municipal** continuou "(...), eu cumpro o regimento e cumpro a lei. O que estou a considerar, é que não estando reunida toda a informação necessária à boa deliberação, da Assembleia, vou pôr à votação da Assembleia, que este ponto seja suspenso nesta sessão, e uma vez reunidas as condições que a Assembleia colocou, vir em futura sessão,

A Assembleia não dá razão, da suspensão, e nós vamos à votação seguinte., é tão simples como isto".

O membro **Paulo Mendanha** usou da palavra e disse "(...), senhor Presidente, tenho direito ao protesto, por isso peço o parecer jurídico da Câmara sobre essa situação".

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu "(...), não vou pedir parecer jurídico sobre esta matéria".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

O membro **Paulo Mendanha** interrompeu e disse “(...), mas estou eu a pedir enquanto membro, desculpe lá, mas tem que cumprir o regimento”.

Senhor Presidente, a nossa declaração de voto em relação à inclusão do ponto, era quase como protesto, porque não é o senhor Presidente que decide a inclusão ou não, é a Mesa, e não o senhor Presidente.

O **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra e colocou o ponto a votação. “o que eu coloco a votação desta assembleia é *quem está a favor da suspensão deste ponto na ordem de trabalhos, até que a Câmara entregue os outros elementos*, levante o braço”

- b) A proposta apresenta, foi rejeitada com 18 votos contra** (eleitos do MUB, PS e PSD) **e um voto a favor** (eleito da CDU).

O ponto continua em discussão na ordem e trabalhos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra e colocou à votação a *Proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Área de intervenção Norte de Borba*,

- c) Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 9 votos a favor** (eleitos do MUB), 6 votos contra (5 eleitos do PS e 1 eleito da CDU) e 4 abstenções (3 eleitos do PSD e 1 eleito do PS), **aprovar, a Proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Área de intervenção Norte de Borba, considerando sem efeito a deliberação da Assembleia de 18 de junho de 2022.**

Foram entregues declarações de voto, pelos eleitos do PSD, do PS e pelos eleitos do MUB, que seguidamente se transcrevem e arquivam em pasta anexa.

“Declaração de voto dos eleitos do PSD – Documento nº9

Revogação do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte de Borba

Consideramos que este processo foi malconduzido desde a primeira vez que esta Assembleia dele tomou conhecimento. A falta de transparência, de verdade e de respeito para este Órgão motivou, na altura, o nosso voto contra;

Considerando a importância do investimento na construção do equipamento em causa para o nosso concelho e o facto de poder vir a ser estruturante para o desenvolvimento na nossa região não se percebe e forma leviana e pouco profissional como todo o processo foi conduzido por este executivo,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

É difícil perceber porque não foram acautelados desde a primeira hora todos os passos necessários para a concretização deste investimento que, em nosso entender, é de fundamental importância;

Atendendo a isso, e porque não somos, numa fomos e nunca seremos força de bloqueio para todo e qualquer investimento que melhore e valorize o nosso concelho, decidimos abster-nos nesta votação para não pôr em causa a concretização do investimento previsto nesta área.

Borba, 24 de setembro de 2022

Os eleitos do PSD”

Declaração de voto dos eleitos do PS - Documento nº.10

Declaração de Voto – se incluindo o ponto na OT

Todos sabemos, que o executivo desta Câmara sabe, que nós sabemos o que todos sabem que:

A proposta de **revogação do Plano da Área de Intervenção Norte de Borba**, tem por base a venda dos estaleiros e abrir caminho ao suposto investimento que a Convento das Servas, Lda, tem por intenção de realizar.

Ora, até agora, nunca nos tinha sido dito de uma forma clara e aberta.

Todos sabemos que o concelho, mais do que nunca, necessita de investimentos que proporcionem o desenvolvimento, gerem emprego e melhorem a qualidade de vida dos borbenses.

Todos sabemos das verdadeiras intenções da empresa quanto ao empreendimento.

Todos sabemos que o Sr. Presidente da Câmara, com base em pseudo e duvidosas avaliações chamou a si a competência para outorgar tal compromisso. Então força, assumo de uma vez, assine o contrato promessa de compra e venda.

Perante todas as certezas, restam as imensas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas.

Não serão os eleitos do PS que sempre admitiram repensar o território, dar respostas adequadas à realidade e às mudanças do presente, adaptá-lo às circunstâncias e necessidades atuais, que se constituirão como elementos bloqueadores de possibilidade de um investimento que apesar de todas as circunstâncias consideramos estruturante para o Concelho.

Os eleitos do PS”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

Declaração de voto dos eleitos do MUB – Documento nº.11

“Declaração Voto – Revogação

Votámos favoravelmente, a revogação do Plano de Pormenor, uma vez que se verifica claramente as circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano da Área Norte de Borba.

Para além da fraca execução, as propostas que constam do atual plano de pormenor, revelam-se muito desarticuladas e pouco fundamentas na legislação atual, conforme já aqui referido.

De referir, conforme relatório de avaliação do Plano que “Além das ações que estavam destinadas para esta área não terem sido executadas, também se verifica que existem algumas situações que surgiram para resolver problemas pontuais e que foram efetuadas em desconformidade com o plano de pormenor. (...), não tendo sido cumprido assim a planta de implantação e o regulamento do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Norte.”

Os membros da Assembleia Municipal do MUB”

Declaração de voto oral do eleito da CDU

“Votei contra o Plano, porque houve uma deliberação da Assembleia Municipal em 18 de junho, que nada de substancial, foi alterado e que está plasmado no fundamento que coloquei à assembleia, para a introdução deste ponto na ordem de trabalhos, e portanto, considero pertinentes, incluindo do ponto de vista da legalidade para a ultrapassagem de situações objetivas de direitos, que deixaram de ficar salvaguardados com esta revogação”.

O Presidente da Assembleia Municipal cedeu a palavra ao 2º. Período da intervenção do público.

O Senhor Ângelo Sá, intervém para dizer que: “quero falar sobre algumas intervenções que foram feitas aqui.

Então em primeiro lugar quero dizer o seguinte: a minha idade e a minha formação base permitiu-me desde aos anos 80, que tenha andado ligado a esta questões relacionadas com o Planeamento, aliás pertenci a uma equipa que fez quatro PDM’S da primeira geração. Enquanto Presidente de Câmara, que aqui estive, acompanhei a revisão total, em que já era mais técnico do que propriamente político. Recentemente continuo a colaborar quando entrei em determinadas equipas relacionadas com o planeamento e como tal tenho que



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

dizer que uma equipa, seja ela quem for, que pretende revogar planos por razões socioeconómicas e que apelida planos de ambiciosos, eu diria que outra equipa pode dizer que isso não faz sentido absolutamente nenhum e se uns são ambiciosos outros são preguiçosos.

Em segundo lugar, quero dizer o seguinte: depreendida a intervenção do senhor Presidente da Assembleia que a atual equipa do Plano Municipal quer abandonar a Zona Industrial do Alto dos Bacelos ou pretende abandonar a Zona Industrial do Alto dos Bacelos. Só aqui alertar, que é um erro que não é grave, é gravíssimo, considerando até a estação de mercadorias que está prevista no Alandroal e, portanto, esta Zona Industrial, além de lá ter as indústrias já instaladas, mantém uma posição estratégica em relação à linha de mercadorias.

Em terceiro lugar quero dizer o seguinte: quando o senhor Presidente da Assembleia diz que o atual Plano Diretor Municipal prevê 132 hectares na Zona Industrial da Maria Ruiva, mas por outro lado prevê a redução da expansão urbana, isto é uma contradição de gente que não pensa! Porquê? Porque se há uma zona industrial com 132 hectares, pressupõe que vai haver lá indústrias, e se vai lá haver indústrias, é preciso que as pessoas residam no concelho de Borba, portanto isto é uma contradição profunda. Por um lado, uma Zona Industrial para competir com Badajoz, por outro lado reduz-se a área de construção urbana.

Em quarto lugar dizer que para aquela OP0, que começa no Centro Saúde que termina na estrada da Estação de Águas de Rio de Moinhos, as perequações existem cá dentro desta casa! Foram todas elas na altura da elaboração de Plano, a equipa que fez o Plano reuniu com todos os proprietários, portanto os serviços que os procurem.

Em quinto lugar, é apenas uma achega em relação ao CEVALOR, a única pessoa que se pronunciou desde 2016 e escreveu a tudo quanto foi gente, relativamente ao escândalo que foi o encerramento do CEVALOR, fui eu enquanto Presidente de uma Associação de Desenvolvimento. Quero dizer o seguinte, como o senhor Presidente da Câmara disse que contratou a empresa que funciona agora nas antigas instalações do CEVALOR, dou-lhe o conselho de também contactar o Cluster Mineral, porque o Cluster Mineral neste momento está na rua e como tal pode ser mais uma solução para vir para o CEVALOR e isto só prova a minha teoria que o CEVALOR não deveria ter encerrado. E já agora também, que ainda pode voltar a fazer esse contato. Fui contactado pela senhora Administradora da Universidade de Évora, que perguntou se o CEVALOR estava vendido e queria instalar aqui um laboratório de 400 metros quadrados. Contatei a empresa, que ficou de contactar a administração para me telefonar e até agora não me contactou! Portanto deixo -lhe duas propostas uma da Universidade de Évora para ver se ainda estão interessados, e segunda que o Cluster Mineiro em vez de ir outra vez para Pero Pinheiro como quiseram levar o CEVALOR, fique aqui!



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2022)

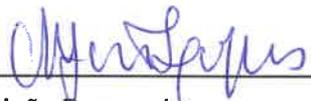
Por não haver mais assuntos a tratar o **Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida deu por encerrada a sessão, pelas treze horas e cinquenta minutos, do dia vinte e nove de setembro, da qual se lavrou a presente ata composta por quarenta e seis páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia Municipal



Jorge Manuel de Oliveira Pinto

O Primeiro Secretário



Maria João Barroso Lopes

O Segundo Secretário



Vanda Cristina Branco Godinho